

Às vésperas de CPI, PGR denuncia governador do AM por supostos crimes em compra de respiradores

A PGR (Procuradoria-Geral da República) denunciou nesta segunda-feira (26) o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), o vice-governador, Carlos Almeida (PTB), e outras 16 pessoas, entre servidores públicos e empresários, por suspeita de crimes na compra de respiradores para pacientes da Covid-19.

Assinada pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, uma das principais auxiliares do procurador-geral da República, Augusto Aras, a acusação foi enviada ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) às vésperas da instalação da CPI da Covid no Senado.

Criada para apurar a

conduta de integrantes do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no enfrentamento da pandemia, a CPI vai avaliar também a regularidade da aplicação de verbas federais enviadas a estados e municípios.

O foco da comissão motivou embates entre aliados do Palácio do Planalto e representantes da oposição nas últimas semanas. Adversários de Bolsonaro afirmam que a inclusão de governadores e prefeitos na apuração parlamentar é estratégia diversionista.

Segundo a PGR (Procuradoria-Geral da República), uma organização criminosa se instalou na estrutura burocrática do governo do Amazonas.

“Uma verdadeira organização criminosa que tinha por

propósito a prática de crimes contra administração pública, especialmente a partir do direcionamento de contratações de insumos para enfrentamento da pandemia, sendo certo que, em pelo menos uma aquisição, o intento se concretizou”, afirmou Lindôra.

A PGR enviou duas denúncias contra Lima e os demais acusados, apontando irregularidades que somam cerca de R\$ 2,4 milhões desviados. Os crimes são de despesa indevida e fraude à licitação, além de peculato.

A investigação começou em 2020, após a notícia de que 28 respiradores haviam sido comprados pela administração estadual de uma loja de vinhos.

Marcelo Rocha/Folhapress



Economia



Com agravamento da pandemia, investidores estrangeiros retiram US\$ 2,1 bilhões do Brasil em março

Página - 03

Entenda como funciona, como é aprovado e para que serve o Orçamento

Página - 03



Leilão de biodiesel tem 1 bi de litros arrematados para maio e junho

Página - 05

Política

Bolsonaro diz não se preocupar com CPI e Lula e cobra governadores para não esticarem a corda

Página - 04

No Mundo

Pfizer: Israel investiga casos de inflamação no coração de vacinados



O Ministério da Saúde de Israel disse neste domingo (25) que está examinando um pequeno número de casos de inflamação cardíaca em pessoas que receberam a vacina da Pfizer contra a covid-19, embora não haja nenhuma conclusão a respeito até o momento.

A Pfizer disse que não observou incidência maior da doença do que o que seria normalmente esperado na população em geral.

O coordenador das ações de resposta à pandemia em Israel, Nachman Ash, disse que um estudo preliminar mostrou “dezenas de incidentes” de miocardite ocorrendo entre mais de 5 milhões de pessoas vacinadas, principalmente após a segunda dose.

Ash disse que não está

claro se esse valor é alto e se está relacionado à vacina.

A maioria dos casos foi relatada entre pessoas de até 30 anos.

“O Ministério da Saúde está atualmente examinando se há um excesso de morbidade (incidência da doença) e se isso pode ser atribuído às vacinas”, disse Ash.

Ash, que falou sobre o assunto em uma entrevista de rádio e durante uma coletiva de imprensa, se referiu ao problema como um “ponto de interrogação” e enfatizou que o Ministério da Saúde ainda não tirou nenhuma conclusão disso.

Determinar uma ligação, disse ele, seria difícil porque a miocardite, uma condição que muitas vezes passa sem complicações, pode ser causada por uma variedade de ví-

rus e um número semelhante de casos foi relatado em anos anteriores.

A Pfizer, questionada pela Reuters sobre o assunto, disse que está em contato regular com o Ministério da Saúde de Israel para revisar os dados a respeito de sua vacina.

A empresa disse que “está ciente das observações israelenses sobre miocardite que ocorreram predominantemente em uma população de homens jovens que receberam a vacina da Pfizer-BioNTech contra a covid-19”.

“Os eventos adversos são revisados regular e exaustivamente e não observamos uma incidência maior de miocardite do que seria o esperado na população em geral. Uma relação causal com a vacina não foi estabelecida”, disse a empresa.

Covid-19: países oferecem ajuda à Índia para aliviar crise

Vários países, incluindo os Estados Unidos (EUA) e integrantes da União Europeia (UE), ofereceram à Índia material médico para ajudar a aliviar a crise de recursos do país, que enfrenta um violento surto de covid-19.

A ajuda internacional é enviada como “resposta urgente” às necessidades do segundo país mais populoso do mundo, que viu o número de infecções e de mortes multiplicarem-se dramaticamente em apenas algumas semanas, causando o colapso do seu sistema de saúde.

Apesar da grande capacidade de produção do país, conhecida como “a farmácia do mundo”, o setor de saúde começou, na semana passada, a indicar que tinha um

mínimo do material, devido ao grande número de doentes que chegam todos os dias aos hospitais.

O Reino Unido disse que fará “todo o possível para aliviar o sofrimento” da Índia e, face à gravidade da situação, enviará ventiladores para evitar a repetição de dezenas de casos de mortes por falta de oxigênio nos hospitais.

A União Europeia também anunciou uma resposta coordenada dos Estados-membros para enviar recursos por meio do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

Além disso, a França e a Alemanha informaram que vão oferecer material para ajudar no combate à crise, independentemente da resposta do bloco europeu.

RTP/ABR



Países iniciam corrida para descarbonização após cúpula



Articulação americana pelas metas do Acordo de Paris trouxe ao debate climático otimismo de última hora sobre a capacidade de o mundo responder à crise do clima. Para especialistas, o prazo mais curto cria competição global pautada na redução das emissões de carbono.

“O caminho da descarbonização está dado; agora vira uma corrida pelas melhores tecnologias para isso”, avalia a economista e doutora em ciência política Ana Toni, do Instituto Clima e Sociedade.

Durante a Cúpula do Clima, organizada pelos Estados

Unidos na última semana, o enviado especial de clima dos americanos, John Kerry, afirmou por duas vezes a aposta em manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C.

“Mais de 50% do PIB global acordou aqui hoje que nós vamos para 1,5°C”, disse Kerry na Cúpula, após quatro meses de articulações com os maiores emissores do planeta para antecipar de 2050 para 2030 os marcos dos compromissos.

Países desenvolvidos como EUA, Japão e Canadá, além da União Europeia, anunciaram metas de redução de cerca de metade das emis-

sões até 2030, o que responde de forma inédita à recomendação da ciência para conter o aquecimento em 1,5°C. Antes da cúpula, o Marrocos era o único país com uma meta adequada para o objetivo do Acordo de Paris.

Avanços comeditos anunciados pelos líderes de economias emergentes foram comemorados como sinais de cooperação, já que a negociação sobre as diferentes responsabilidades e capacidades de financiamento entre desenvolvidos e emergentes tem sido um dos principais empecilhos para os acordos climáticos. Ana Carolina Amaral/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Com agravamento da pandemia, investidores estrangeiros retiram US\$ 2,1 bilhões do Brasil em março



Após nove meses de resultados positivos, os investidores estrangeiros retiraram US\$ 2,1 bilhões do mercado de ações e títulos públicos em março, segundo dados do BC (Banco Central) divulgados nesta segunda-feira (26).

O volume negociado no mercado doméstico havia mostrado recuperação depois dos meses mais críticos da pandemia de Covid-19, mas foi afetado pelo agravamento da crise sanitária no país e de novas rodadas de medidas de restrição para conter a transmissão do vírus. Em fevereiro, houve ingresso líquido de US\$ 3,6 bilhões.

No acumulado dos 12 meses, no entanto, os investimentos no mercado doméstico fi-

caram positivos em US\$ 23,3 bilhões, puxados pelos resultados dos meses anteriores.

De acordo com dados preliminares divulgados pelo BC, até 20 de abril, o investimento teve resultado negativo em US\$ 96 milhões.

“Para abril, observamos praticamente estabilidade na rubrica. Não fazemos projeções para esta conta porque é muito volátil, então não dá para cravar que seja uma tendência ou os motivos”, ponderou o chefe do departamento de estatísticas Fernando Rocha.

O técnico do BC explicou que nos meses mais intensos da pandemia no ano passado, a saída líquida de investimentos foi expressiva.

“De fevereiro, quando

começaram a surgir notícias sobre o vírus na Europa, a maio, houve resultado negativo de US\$ 35,3 bilhões, US\$ 22,2 bi apenas em março. Depois, tivemos nove meses de resultados positivos que recompuseram essas perdas integralmente, retornando aos níveis pré-pandemia”, disse.

A retirada em março se deu em ações, com US\$ 3 bilhões, mas houve ingresso de US\$ 912 milhões em títulos de renda fixa.

“Em abril, na parcial, vemos o movimento contrário, com saída em títulos e ingresso em ações e fundos de investimento”, destacou Rocha.

Já os investimentos diretos no país somaram US\$ 6,9 bilhões no mês.

Larissa Garcia/Folhapress

Clientes economizam R\$ 8,3 bi com cooperativas de crédito

Uma pesquisa do Sicoob, obtida pela Folha, aponta que seus cooperados teriam gastado R\$ 8,3 bilhões a mais em 2020 caso tivessem escolhido um banco tradicional para suas transações.

O cálculo foi feito com base na diferença entre os preços médios praticados em cooperativas que integram o sistema e outras instituições do sistema financeiro, com dados do Banco Central.

O levantamento mostra a diferença em juros e tarifas de modalidades como cheque especial e rotativo do cartão de crédito, que podem ser significativas.

De acordo com o estudo, somando as diferenças de juros e tarifas com a distribuição de resultados, cada cliente economizou em média R\$ 3.100 ao eleger uma cooperativa como sua instituição financeira.

“As cooperativas conseguem cobrar valores mais acessíveis pelo próprio modelo de negócio, que não visa lucro. Não faria sentido ter ganhos em cima dos cooperados, que são ao mesmo tempo sócios da instituição, para no fim do ano distribuir tudo de volta”, explica Ênio Meinen, diretor de coordenação sistêmica e relações institucionais do Sicoob.

A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros aos seus associados.

Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da instituição, com participação na gestão e que usufruem de seus produtos e serviços. Nas cooperativas, têm acesso aos principais serviços disponíveis nos bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito e empréstimos.

Larissa Garcia/Folhapress



Entenda como funciona, como é aprovado e para que serve o Orçamento



O Orçamento é uma das leis que regem o gasto do dinheiro público. Chama-se LOA (Lei Orçamentária Anual).

O responsável por apresentar essas leis é o Poder Executivo dos três entes federativos - União, estados e municípios, cada um para a esfera em que atua. A tarefa de criar uma lei não é uma função típica desse Poder, já que legislar é competência, majoritariamente, do Poder Legislativo.

Todas as LOAs devem seguir o PPA (Plano Plurianual) em vigor, que tem prazo de quatro anos e deve ser enviado pelo presidente ao Congresso até o dia 31 de agosto do seu primeiro ano de mandato, no

caso do nível federal. O plano, que passa a valer no ano seguinte, guia todo o mandato do chefe do Executivo.

Uma vez no Congresso, o plano é encaminhado para a CMO (Comissão Mista de Orçamento), que conta com 30 deputados e 10 senadores. Lá ocorrem audiências públicas e os diferentes representantes da sociedade nas Casas -deputados, senadores, comissões- apresentam emendas para modificar o texto.

Após as discussões, a comissão vota o parecer da lei, elaborado pelo relator. Somente após todo esse processo o texto vai ao plenário do Congresso para ser votado e enviado para a sanção do presidente.

Para organizar os objetivos do plano, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) estabelece as previsões de gastos, despesas obrigatórias e regras para a LOA (peça orçamentária em que se autoriza o gasto). A LDO é anual e, assim como a LOA, devem ser apresentadas às Casas Legislativas até o dia 15 de abril de cada ano.

As três peças de Orçamento organizam gastos, prestam contas à sociedade sobre o destino das fontes de receita e são uma fonte de consulta para compreender as políticas públicas do governo.

A origem do Orçamento é o direito da população de saber a que foram destinados os impostos.

Daniela Arcanjo/Folhapress

Política

Bolsonaro diz não se preocupar com CPI e Lula e cobra governadores para não esticarem a corda



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta segunda-feira (26) que não se preocupa com a CPI da Covid, disse não ligar para uma possível candidatura do ex-presidente Lula (PT) em 2022 e voltou a fustigar governadores que adotam medidas restritivas para frear a pandemia do coronavírus.

Em rápida entrevista à imprensa após a inauguração da duplicação de um trecho de rodovia no interior da Bahia, o presidente foi sucinto ao comentar a CPI da Covid, que será instalada no Senado nesta terça-feira (27) em um cenário no qual os integrantes governistas serão minoria.

“Não estou preocupado porque não devemos nada”, afirmou o presidente sobre a

CPI, que irá investigar ações e omissões do governo federal, além de repasses para os estados, durante a pandemia.

Em Conceição do Jacuípe (102 km de Salvador), Bolsonaro voltou a criticar governadores e, mais uma vez, ameaçou usar os militares para impedir a adoção de medidas restritivas. Disse que o papel das Forças Armadas é garantir o cumprimento da Constituição.

“[Os governadores] estão seguindo o artigo quinto da Constituição? Está sendo respeitado o direito de ir e vir, o direito de a pessoa ter um emprego, ocupar o tempo para exercer a sua fé? É só ver se isso está sendo respeitado ou não”, disse o presidente.

Bolsonaro também voltou a criticar o STF (Supremo

Tribunal Federal) por ter autorizado estados e municípios decretarem suas próprias medidas de restrição na pandemia sem precisar do aval do governo federal.

“É inconcebível os direitos que alguns prefeitos e governadores tiveram por parte do STF. É inconcebível. Nem estado de sítio tem isso.”

Questionado se usaria as Forças Armadas para impedir governadores de adotar medidas restritivas, afirmou em tom de ameaça: “Não estiquem a corda mais do que está esticada”.

Em discurso durante a inauguração, também mirou os governadores e disse que está chegando a hora de a população dar o seu novo grito de independência.

João Pedro Pitombo/Folhapress

Mourão diz que Exército não pode ser julgado pela atuação de Pazuello na pandemia



Na véspera da instalação da CPI da Covid no Senado, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) disse nesta segunda-feira (26) que não se pode tomar o Exército brasileiro pela atuação do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde e um dos alvos da comissão parlamentar de inquérito.

“A gente não pode tomar uma instituição por um dos seus integrantes”, disse Mourão em entrevista em live do jornal Valor Econômico.

Ele deu esta resposta ao ser questionado se atuação de Pazuello no comando do Ministério da Saúde poderia trazer problemas para o Exército.

Mourão também disse ter aconselhado Pazuello a sair

Lira diz que Congresso não é delegacia e que CPI da Covid neste momento é perda de tempo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou novamente nesta segunda-feira (26) a instalação neste momento de uma CPI para apurar o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e disse que o Congresso não é delegacia de polícia, e sim uma Casa de leis.

Eleito para o comando da Câmara com apoio do presidente Jair Bolsonaro, principal alvo da CPI da Covid no Senado, Lira afirmou que o momento atual exige a busca de soluções para a pandemia, e não que se paralise uma das Casas para encontrar culpados pelos erros no combate à crise sanitária.

“Eu acho, é minha opinião, e ela é pública, é perda de tempo neste momento se instalar uma CPI porque o Congresso não é delegacia de polícia neste momento, é a Casa de leis”, disse em entrevista à rádio Jovem Pan, em

compromisso que não constava de sua agenda oficial.

“Neste momento, nós precisamos produzir leis que facilitem a vida do cidadão, que cuide do emprego, de quem gere renda, e que dê uma perspectiva melhor para a administração pública, como a reforma tributária.”

O deputado disse que a CPI vai funcionar com 10%, 15% dos senadores, mas vai ocupar espaço na mídia, exigir informações de órgãos do governo e usar estruturas do Senado em um momento em que o foco deveria ser na busca de soluções para a crise.

A CPI da Covid deve ser instalada nesta terça-feira (27), quando serão escolhidos oficialmente presidente, vice-presidente e relator da comissão. Ela irá apurar ações e omissões do governo federal na pandemia, além de repasses federais a estados e municípios.

Danielle Brant/Folhapress



da ativa do Exército, o que era cobrado reservadamente por militares, incomodados com o trabalho do general no combate à pandemia de coronavírus.

“Uma coisa eu falei para ele pessoalmente. Eu disse para ele que ele deveria ter pedido transferência para a reserva. Isso aí deveria ter feito”, afirmou o vice-presidente.

Mourão, porém, também se referiu a Pazuello como “camarada de valor” e “planejador logístico”. O vice-presidente afirmou que Pazuello “recebeu uma tarefa” de assumir a pasta em meio à pandemia e em um país desigual como o Brasil.

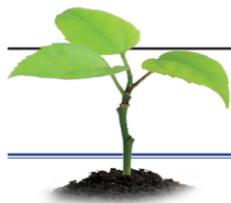
“[Ele] levou uma equipe com ele ali de alguns oficiais do Exército, mas preservou

o core do ministério com a área técnica”, disse Mourão.

Na sexta-feira (23), Pazuello também foi alvo de elogios do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A cerimônia de inauguração de um centro de convenções inacabado com capacidade para 10 mil pessoas tornou-se um ato de desagravo ao ex-ministro da Saúde.

Ovacionado cinco vezes por dezenas de simpatizantes de Bolsonaro aglomerados em um dos cantos do centro de convenções, o general foi elogiado pelo presidente e pelo ministro do Turismo, Gilson Machado. Ao final, os simpatizantes gritaram “Pazuello governador”.

Daniel Carvalho/Folhapress



Quais são as questões que colocam o agro no centro das polêmicas sobre preservação do meio ambiente?



A pressão internacional sobre o agronegócio brasileiro tem aumentado nos últimos anos, com notícias de aumento da devastação da Amazônia, onde está grande parte do rebanho bovino do país.

Na cúpula de líderes sobre clima, na quinta (22), liderada pelo novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, o presidente Jair Bolsonaro anunciou o compromisso de acabar com desmatamento ilegal e reduzir emissões (de gases que causam o aquecimento global) até 2030.

Veja abaixo quais são as questões que colocam o agro no centro dessas ações e das polêmicas sobre preservação do meio ambiente.

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. O rebanho se concentra justamente no cerrado e na Amazônia.

A chegada da produção agropecuária na região amazônica foi estimulada pelo governo federal desde a década de 1950, segundo pesquisadores, e isso foi intensificado durante a ditadura militar.

A intenção era ocupar uma região extensa do país, para evitar que fosse invadida por estrangeiros. Na época, não havia a preocupação com o desmatamento e seus efeitos, diferentemente do que ocorre desde os anos 1990.

A plataforma Mapbio-mas aponta que, entre 1985 e 2018, 41,9 milhões de hectares de floresta viraram pastagem. Isso significa que 88%

do incremento da área de pecuária na região veio da derrubada de florestas.

Ainda hoje, a pecuária é associada por ambientalistas ao desmatamento ilegal, sendo apontada como razão das queimadas feitas por invasores para abrir novos pastos, derrubando a floresta.

O uso da criação de gado é uma tática comum para a grilagem e para a especulação imobiliária, não sendo, assim, uma atividade ligada ao agronegócio, dizem os pesquisadores.

Com a criação de gado, esses grileiros simulam que área invadida é uma propriedade rural sem registro, a fim de regularizar a posse. A intenção é vendê-la depois, para um produtor ou empresa do setor. G1

Leilão de biodiesel tem 1 bi de litros arrematados para maio e junho

O 79º Leilão de Biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) terminou com o arremate de 1.050.349.000 litros de biodiesel para atendimento à mistura obrigatória ao óleo diesel, segundo balanço divulgado ontem (26) pela agência reguladora.

O montante arrematado vai ser destinado a garantir o abastecimento de biodiesel no mercado nacional durante o período de 1º de maio e 30 de junho deste ano.

De acordo com a ANP, não houve arremates para mistura voluntária, e todo o volume adquirido veio de produtores detentores do Selo Biocombustível Social.

O preço médio de negociação no leilão foi de R\$ 5,536 por litro, o que não considera a margem da adquirente. O valor é 26,5% menor que a média ponderada dos “Preços Máximos de Referência” regionais usados no leilão (R\$ 7,529 por litro). Com isso, o valor total negociado atingiu o patamar de R\$ 5,82 bilhões.

O leilão para a mistura obrigatória contou com 45 produtores, que apresentaram as ofertas em 14 de abril. Essas ofertas foram selecionadas em três etapas, realizadas em 15 de abril, de 16 a 19 de abril, e em 20 de abril. Já a oferta para mistura voluntária ocorreu em 22 de abril, sem que nenhuma negociação fosse efetivada a partir dela.

Vinicius Lisboa/ABR



PIB Agro/Cepea: Agronegócio paulista cresce 8,3% em 2020 e representa 14% do PIB do estado



O PIB do agronegócio do estado de São Paulo avançou fortes 8,27% em 2020, segundo cálculos do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP. Trata-se da alta mais intensa desde 2010, quando o crescimento atingiu 12,17%. Com isso, em 2020, o agronegócio paulista representou 14% do PIB do estado, sendo esta a maior participação da série histórica, iniciada em 2008.

Segundo pesquisadores do Cepea, assim como no agronegócio brasileiro, o setor em São Paulo registrou

avanços em ambos os ramos (pecuário e agrícola), com destaque para o segmento primário.

O ramo pecuário foi impulsionado sobretudo pela elevação dos preços das proteínas. Além disso, a pecuária paulista expandiu a produção e o abate de suínos e aves e a produção de ovos. Assim, em 2020, a participação do ramo pecuário no agronegócio paulista chegou a 20%, a maior da série histórica.

Quanto ao ramo agrícola, o destaque foi o segmento primário. Segundo pesquisadores do Cepea, os preços subiram e a produção do es-

tado aumentou, esta puxada principalmente por cana-de-açúcar, café e soja. A agroindústria agrícola também cresceu, com avanços nos preços e no volume produzido. O ramo agrícola manteve o destaque na participação do agronegócio paulista, correspondendo por 80% do PIB.

Ainda de acordo com pesquisadores do Cepea, os segmentos pós-porteira (agroindústria e agrosserviços) mantiveram as maiores participações no PIB do setor em 2020 – uma característica que marca o perfil do agronegócio paulista.

Notícias Agrícolas

Publicidade Legal

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,4560 / R\$ 5,4566 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,4470 / R\$ 5,4490 *

Turismo - R\$ 5,4900 / R\$ 5,6230

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,90%

OURO BM&F R\$ 309,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,05%

Pontos: 120.594

Volume financeiro: R\$ 25,475 bilhões

Maiores altas: Cia Hering ON (26,19%), CVC Bra sil ON (5,14%), Companhia Siderúrgica Nacional ON (5,08%)

Maiores baixas: RaiaDrogasil ON (-2,21%), Carrefour BR ON (-2,21%), Etec ON (-1,97%)

S&P 500 (Nova York): 0,18%

Dow Jones (Nova York): -0,18%

Nasdaq (Nova York): 0,87%

CAC 40 (Paris): 0,28%

Dax 30 (Frankfurt): 0,11%

Financial 100 (Londres): 0,35%

Nikkei 225 (Tóquio): 0,36%

Hang Seng (Hong Kong): -0,43%

Shanghai Composite (Xangai): -0,95%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,13%

Merval (Buenos Aires): 1,18%

IPC (México): -0,34%

Amari Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 22.873.313/0001-97 – NIRE 35.300.555.279

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2021

1. Data, hora e local: 10/02/2021, às 13 horas, na sede social. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Luiz Felipe Fernaine de Carvalho, Presidente; Julio Fernando Colombo Labate, Secretário. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social da Companhia; (ii) a mudança de endereço da sede da Companhia; (iii) a alteração do objeto social da Companhia; e (iv) alteração do estatuto social da Companhia para refletir as deliberações tomadas nesta assembleia, ajuste de numeração de determinados Capítulos do Estatuto Social e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **4. Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade e sem reservas: (i) alterar a denominação social da Companhia passando de Amari Empreendimentos e Participações S.A. para GSM Empreendimentos e Participações S.A. Em razão desta alteração, aprovaram os acionistas, por unanimidade e sem reservas, a mudança da redação do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 1º.** A GSM Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é sociedade sob forma de sociedade por ações, de capital fechado e é regida pelo presente Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas assinado em 24/07/2020 ("Acordo de Acionistas"), cuja cópia está arquivada na sede social, e supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A.") e outras normas jurídicas aplicáveis.; (ii) alterar o endereço da sede da Companhia, passando de Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 22º andar, São Paulo-SP para Rua Natingui, nº 442, Conjunto 8, São Paulo-SP. Em razão desta alteração, aprovaram os acionistas, por unanimidade e sem reservas, a mudança da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Rua Natingui, nº 442, Conjunto 8, São Paulo-SP, podendo, a critério da Assembleia e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos.; (iii) alterar o objeto social da Companhia passando de (i) a administração de bens e recursos próprios, a compra, venda e locação de imóveis; (ii) a atividade de incorporação de empreendimentos imobiliários, compreendendo a realização de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda; e (iii) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresariais, e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, para (i) o desenvolvimento de uma incorporação imobiliária, nos termos da Lei 4.591, de 16/12/1964, no imóvel localizado na Rua Grécia, nº 200, São Paulo/SP, registrado no 13º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, sob a matrícula nº 34.338, visando a construção de empreendimento dividido em unidades autônomas; (ii) a venda e compra e locação de bens imóveis próprios; e (iii) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, na condição de acionista sócia, consorciada ou associada e sob qualquer outra forma, de capital nacional ou estrangeiro. Em razão desta alteração, aprovaram os acionistas, por unanimidade e sem reservas, a mudança da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) o desenvolvimento de uma incorporação imobiliária, nos termos da Lei 4.591, de 16/12/1964, no imóvel localizado na Rua Grécia, nº 200, São Paulo/SP, registrado no 13º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, sob a matrícula nº 34.338, visando a construção de empreendimento dividido em unidades autônomas; (ii) a venda e compra e locação de bens imóveis próprios; e (iii) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, na condição de acionista sócia, consorciada ou associada e sob qualquer outra forma, de capital nacional ou estrangeiro. **Artigo 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 79.796.149,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional e bens, dividido por 65.069.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ Único.** Todas as ações ordinárias outorgam aos seus titulares os mesmos direitos; sendo que cada ação ordinária confere o direito a 1 voto nas assembleias gerais da Companhia. **Artigo 6º.** As ações de emissão da Companhia são indivisíveis. **§ Único.** Quando qualquer ação da Companhia pertencer a mais de um titular, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio, observadas as disposições do § Único, do Artigo 28, da Lei das S.A. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 7º.** Até o quarto mês subsequente ao término de cada exercício social será realizada a Assembleia Geral para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132, da Lei das S.A.; podendo ser realizadas assembleias gerais extraordinárias sempre que os interesses sociais exigirem. **§ 1º.** As assembleias gerais serão convocadas por qualquer diretor da Companhia ou por quem a Lei das S.A. conferir tal poder. **§ 2º.** As formalidades de convocação de assembleias gerais serão aquelas previstas na Lei das S.A. **§ 3º.** As assembleias gerais da Companhia se instalarão em primeira convocação com os acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social com direito de voto; e, em segunda convocação, com qualquer número, exceto se quórum superior for exigido de acordo com os termos da Lei das S.A. **§ 4º.** As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos diretores da Companhia, os quais deverão indicar, dentre os acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. Na ausência dos Diretores, o presidente e secretário da mesa serão eleitos pelo voto da maioria dos acionistas presentes. **§ 5º.** As matérias submetidas às assembleias gerais serão aprovadas por acionistas titulares de ações representadas da maioria simples do capital social da Companhia, respeitadas as disposições do § 6º abaixo e exceto quando a Lei das S.A. exigir quórum superior. Votos em branco e abstenções não serão computados. **§ 6º.** A aprovação das seguintes matérias dependerá dos votos afirmativos da totalidade de acionistas, respeitado o disposto em Acordo de Acionistas: I. alteração do Estatuto Social da Companhia com relação às seguintes matérias: (a) objeto social; e (b) estrutura, existência, competência, composição e funcionamento da Assembleia e/ou da Diretoria e/ou do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal (caso haja); II. autorização para grupamento de ações e aquisição, resgate, recompra ou amortização das ações emitidas ou outros direitos de participação na Companhia; III. captação de endividamento ou emissão de qualquer tipo de valor mobiliário, a constituição de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer bem, ativo ou direito constante do seu ativo imobilizado, desde que nestas hipóteses sua finalidade não tenha por objeto a realização de empreendimento especificamente regulado entre os acionistas; IV. criação de novas espécies ou classes de ações ou a alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições das ações; V. transformação do tipo societário, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação com efeitos similares; VI. celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos com partes relacionadas dos acionistas; VII. qualquer modificação na política de dividendos da Companhia e/ou destinação de lucros que não em conformidade com a política de dividendos da Companhia, incluindo distribuição de dividendos acima do percentual estabelecido na política de dividendos da Companhia, distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia e

destinação do lucro líquido de forma distinta à prevista no estatuto social da Companhia, quando houver; VIII. dissolução e/ou liquidação da Companhia, nomeação ou destituição de liquidantes e cessação do estado de liquidação da Companhia; IX. autorização para requerimento de autoliquidância, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; X. alienação ou transferência de qualquer bem, ativo ou direito constante do ativo imobilizado, caso tal bem, ativo ou direito pretenda ser alienado ou transferido com uma margem de retorno inferior a 25% sobre o valor total aportado na constituição da Companhia, ou por valor inferior ao valor de mercado da Companhia, o que for maior; XI. aquisição de bens imóveis ou de qualquer outro bem não relacionado a empreendimento cuja realização seja especificamente regulado entre os acionistas; e XII. concessão de qualquer garantia, real ou fidejussória, ou de aval a dívidas de terceiros, bem como assunção de obrigações em benefício exclusivo de terceiros que não a Companhia. **§ 7º.** Não obstante o quanto previsto no parágrafo acima, serão de competência exclusiva da Assembleia as matérias que devam ser aprovadas em assembleia nos termos da Lei das S.A., observado o quórum previsto no § 5º acima, caso quórum superior não seja exigido pela lei aplicável. **§ 8º.** As atas das assembleias gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia e registradas na junta comercial competente quando exigido pela lei aplicável. **§ 9º.** No caso de dissidência pelos acionistas, nas hipóteses previstas na Lei das S.A., o valor do reembolso será calculado pelo valor patrimonial da ação, com base no balanço patrimonial do último exercício encerrado; sendo que o pagamento deverá ser feito em até 12 parcelas mensais e consecutivas, a primeira na data do cancelamento das ações detidas pelo acionista dissidente. **Capítulo IV – Administração e Fiscalização da Companhia. Seção I – Disposições Gerais. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 e no máximo 4 membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, todos para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos automaticamente caso não haja destituição, renúncia ou eleição de novo diretor. **§ 1º.** Os diretores serão investidos nos seus cargos, independentemente de caução, mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de Atas das Reunidas da Diretoria. **§ 2º.** Os diretores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia, sempre respeitadas as disposições do Acordo de Acionistas. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do diretor substituído. **Seção II – Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria será composta por até 4 membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, todos para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos automaticamente caso não haja destituição, renúncia ou eleição de novo diretor. **§ 1º.** A Diretoria terá autonomia para conduzir a gestão e administração da Companhia, observado o disposto no acordo de acionistas da Companhia, neste Estatuto Social e no plano de negócios e orçamento da Companhia. **§ 2º.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **§ 3º.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos em Assembleia. **§ 4º.** Em caso de vacância definitiva de qualquer cargo da Diretoria, os acionistas elegerão o substituto, que cumprirá o restante do mandato. **Artigo 10.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que este Estatuto Social e a Lei das S.A. lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§ 1º.** A Companhia deverá ser representada, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, em quaisquer atos, inclusive, podendo, para tanto, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordo, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens e outros prorrogações em nome da Companhia, por: (i) 2 diretores agindo em conjunto; (ii) 1 diretor agindo em conjunto com 1 procurador; ou (iii) 2 procuradores agindo em conjunto. **§ 2º.** As procurações da Companhia poderão ser outorgadas por 1 diretor. A Companhia poderá outorgar procurações *ad iudicia* e *ad negotia*, as quais deverão prever poderes específicos e ter prazo de validade máximo de 1 ano, exceto as procurações *ad iudicia* que poderão ter prazo indeterminado. **Seção III – Conselho Fiscal. Artigo 11.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por 3 membros efetivos (e igual número de suplentes se ambos eleitos pela Assembleia), acionistas ou não, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia. **§ Único.** A instalação do Conselho Fiscal far-se-á por deliberação da Assembleia nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor. **Capítulo V – Transferência de Ações. Artigo 12.** A transferência de ações e direito de preferência para a subscrição de ações é livre, exceto quando aplicável as restrições previstas no Acordo de Acionistas. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 13.** O exercício social iniciará-se em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, conforme previsto na legislação aplicável. **§ 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria procederá à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes. **§ 2º.** As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de cada ano serão auditadas por empresa escolhida pela diretoria. **Artigo 14.** Do resultado apurado em cada exercício social, após dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda, serão destinados: I. 5% na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social da Companhia. No ano em que o valor retido na conta de reserva legal adicionado ao valor retido na conta de reserva de capital represente valor superior a 30% do capital social, essa; e III. o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação. Artigo 15.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos na legislação aplicável. **§ Único** – Em caso de liquidação e dissolução da Companhia, caberá à Assembleia eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 16.** Este estatuto social deverá ser regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 17.** Toda e qualquer controvérsia e/ou disputa, incluindo as disputas relacionadas ao suposto descumprimento deste Estatuto Social que possam surgir entre os acionistas e a Companhia, emergente ou relacionada ao presente Estatuto Social, que não forem solucionadas amigavelmente nos termos do AA, será definitivamente resolvida de acordo com as regras de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CCBC ("Tribunal Arbitral"). **§ 1º.** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo-SP na qual a sentença arbitral será prolatada, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática e condução da arbitragem. **§ 2º.** O Tribunal Arbitral será composto por 03 árbitros, indicados da seguinte forma: (i) cada parte deverá indicar 01 árbitro e o seu respectivo substituto; e (ii) os árbitros indicados por cada uma das partes deverão indicar um terceiro árbitro e seu respectivo substituto. As partes concordam que o terceiro árbitro deverá ser o presidente do Tribunal Arbitral. Se qualquer uma das partes não indicar o seu árbitro e respectivo substituto em tempo razoável, ou se os árbitros indicados pelas partes e seus substitutos não chegarem a um acordo quando tal indicação do terceiro árbitro em tempo razoável, o competente órgão administrativo do Tribunal Arbitral deverá realizar tal indicação ou indicações, conforme o caso, somente em substituição à parte ou pessoa que não realizar tal indicação. **§ 3º.** O Tribunal Arbitral prolatará a sentença arbitral por escrito em até 60 dias da data de protocolo das alegações finais do procedimento arbitral e tal sentença deverá estabelecer o honorários devidos ao advogado da parte vencedora, se aplicável. A sentença deverá ser definitiva e vinculada as partes, sendo exequível de acordo com as leis aplicáveis. **§ 4º.** A parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todas as custas e despesas com o procedimento arbitral, exceto em caso de sucumbência parcial, hipótese em que a responsabilidade pelo pagamento das custas e despesas com o procedimento arbitral será estabelecida conforme sentença arbitral. **§ 5º.** O Tribunal Arbitral terá poderes para conceder quaisquer medidas legais disponíveis na legislação aplicável, incluindo execução específica. **§ 6º.** Sem prejuízo da validade da presente cláusula de arbitragem, fica eleito, desde já, excluídos quaisquer outros, o foro da Comarca de São Paulo ou de qualquer outra comarca onde a Parte demandada detiver bens, se necessário, para os propósitos específicos de: (a) obtenção de medidas coercitivas, cautelares e de urgência, antes da constituição do Tribunal Arbitral, sendo certo que, após constituído, o Tribunal Arbitral terá totais poderes e exclusiva jurisdição para decidir sobre qualquer assunto, seja procedimental ou de mérito, incluindo autoridade para rever, aditar ou revogar a concessão de medida coercitiva, cautelar ou de urgência; (b) executar as decisões proferidas pelo Tribunal Arbitral. JUCESP – Certificado de registro sob o nº 171.706/21-3 em 16/04/2021. Gisela Simiema Geschin – Secretária Geral.

Vênus Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.042.886/0001-06 – NIRE 35.300.470.257

Ata da Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/07/2020

1. Data, Hora e Local: 31/07/2020, às 10h30, na sede social, na rua Olimpíadas, 205, "Sala L" – Condomínio Vila Olímpia, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **3. Publicações:** Dispensada a publicação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referente ao exercício social de 2019, nos termos do Artigo 294, II, da LSA. **4. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. **5. Ordem do Dia: 5.1. Em AGO:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019; e (iii) Deliberar sobre a remuneração dos administradores. **5.2. Em AGE:** (i) Deliberar sobre a eleição e reeleição do Conselho de Administração; (ii) Deliberar o aumento do capital social da Companhia; e (iii) Deliberar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, caso aprovada a deliberação anterior. **6. Deliberações:** O Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **6.1.** Em relação ao item 5.1, (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas dos administradores; o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019. **6.2.** Em relação ao item 5.1, (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta para que o lucro líquido apurado do exercício findo em 31/12/2019, no montante de R\$ 2.328.883,11, seja destinado para a redução dos prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da LSA. **6.3.** Em relação ao item 5.1, (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aceitar e referendar a renúncia explícita pelos administradores da Companhia quanto ao recebimento de remuneração. **6.4.** Em relação ao item 5.2, (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, reeleger o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, portador da RNE nº W031334-P e do CPF/MF nº 185.211.779-68, ao cargo de membro do Conselho de Administração; reeleger o Sr. João Villar Garcia, portador do RG nº 5.030.478-1 SSP-SP e do CPF nº 796.994.728-04, ao cargo de membro do Conselho de Administração; e eleger o Sr. Marcos Paulo Fernandes Pereira, portador do RG nº 30.515.604-4 SSP/SP e do CPF/MF nº 213.793.938-09, ao cargo de membro do Conselho de Administração, todos com endereço profissional na Rua Olimpíadas, nº 205, conjunto 142/143, São Paulo-SP. O mandato unificado do atual Conselho de Administração eleito será de 02 anos, com início na presente data e término na data da AGO que aprovar as contas do exercício social de 2021. **6.4.1.** Os Conselheiros ora eleitos, tomam posse de seus respectivos cargos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, com declaração de desimpedimento, lavrados em livro próprio e arquivados na sede da Companhia. **6.5.** Em relação ao item 5.2, (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 21.390,25, passando o capital social dos atuais R\$ 8.078.887,74 para R\$ 8.100.277,99, mediante a emissão de 21.390 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, calculado na forma do artigo 170, § 1º, da LSA. Como resultado da emissão de ações ora referida, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 8.100.278 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **6.5.1.** O acionista Mercúrio Participações e Investimentos S.A. ("Mercúrio") decidiu não acompanhar o supracitado aumento de capital, renunciando, assim, expressamente ao seu direito de preferência na subscrição das novas ações da Companhia que são, nesta ocasião, totalmente subscritas pela acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo"), nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata como Anexo I, e integralizadas neste ato mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") realizados pela Triunfo até 31/03/2020. **6.6.** Em relação ao item 5.2, (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, em razão das deliberações realizadas nos itens acima, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 8.100.277,99, representado por 8.100.278 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.". **6.7.** Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual foi lida e assinada pelos presentes. **Acionistas presentes:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos, por Carlo Alberto Bottarelli; e Mercúrio Participações e Investimentos S.A., por Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara. São Paulo, 31/07/2020. Assinaturas: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Ricardo Penachio Xavier de Sá – Secretário. JUCESP – Certificado de registro sob o nº 173.183/21-9 em 20/04/2021. Gisela Simiema Geschin – Secretária Geral.

Coface do Brasil

CNPJ/ME nº 07.644.868/0001-73 – NIRE 35.300.324.803

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020

Data, hora e local: 30/04/2020, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Praça João Duran Alonso, nº 34, 12º andar, São Paulo-SP. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Sra. Marcelle Lemos Ferreira – Presidente e Sra. Patrícia Viviane Pires Tavares – Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) ratificação da escolha feita pelos órgãos de administração da Companhia e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A., com sede na Praça João Duran Alonso, nº34, 12º andar, Brooklin Novo, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.166.824/0001-61 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35.300.456.190 ("SBCE") acerca da nomeação da empresa contábil responsável pela avaliação da SBCE com base no critério de patrimônio líquido contábil; (ii) aprovação do Laudo de Avaliação da SBCE, assim como o critério utilizado pela empresa contábil; (iii) aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da SBCE pela Companhia; (iv) aprovação da incorporação da SBCE pela Companhia; (v) aprovação do aumento do capital social da Companhia após a incorporação e a consequente alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (vi) aprovação das providências necessárias à efetivação da incorporação pela administração da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade, o que segue: (i) Ratificar a contratação da empresa contábil BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples, nomeada para proceder à avaliação do patrimônio líquido da SBCE e, consequentemente, do acervo líquido a ser incorporado pela Companhia na operação de incorporação, emitindo o respectivo laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"); (ii) Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da SBCE, emitido em 30/04/2020 (Anexo I), e que constitui base para a incorporação da SBCE pela Companhia, tendo sido elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples de acordo com o balanço patrimonial levantado com data-base de 31/03/2020. A BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples apontou o valor de R\$ 25.462.759,96 para o acervo líquido da SBCE incorporado pela Companhia, conforme constante no Laudo de Avaliação. (iii) Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SBCE pela Companhia ("Protocolo e Justificação"), firmado em 30/04/2020, que compõe o Anexo II desta Ata, no qual ficaram estabelecidos os termos e condições que regem a incorporação da SBCE pela Companhia, com versão da totalidade do patrimônio da SBCE para a Companhia. (iv) Aprovar, nos termos do Protocolo e Justificação e com base no Laudo de Avaliação, a incorporação da SBCE pela Companhia, passando a Companhia a suceder a SBCE em todos os ativos e passivos, direitos e obrigações e extinguindo-se, para todos os fins, a SBCE. (v) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, atualmente no montante R\$ 23.495.628,00 para R\$ 48.958.387,96, com um aumento efetivo de R\$ 25.462.759,96, com a emissão de 7.599.394 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 3,35063 por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações da Companhia nesta data. A totalidade das novas ações foram, neste ato, atribuídas aos acionistas da Companhia na proporção de ações que detinham na SBCE antes de sua extinção em virtude da incorporação ora operada, conforme descrito no Protocolo e Justificação. Com consequência e após a homologação do processo pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 48.958.387,96, totalmente subscrito e integralizado, dividido 20.537.185 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.". (vi) Aprovar que a administração da Companhia possa tomar todas as medidas e providências que se fizerem necessárias à execução e implementação da referida incorporação, dispensando a aprovação da referida transação pelo Conselho de Administração da Companhia. **Publicações e Arquivamento:** Por fim, os acionistas deliberaram pela publicação desta ata na imprensa oficial e no jornal de grande circulação da Companhia, assim como o seu arquivamento perante a Junta Comercial, para os devidos fins legais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata e que foi aprovada pelos presentes. Assinaturas: **Mesa:** Marcelle Lemos Ferreira – Presidente; Patrícia Viviane Pires Tavares – Secretária; **Acionistas:** (i) Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur (por Marcelle Lemos Ferreira) e (ii) Cofinpar S.A. (por Marcelle Lemos Ferreira). São Paulo, 30/04/2020. JUCESP – Registrado sob o nº 301.058/20-9 em 10/08/2020. Gisela Simiema Geschin – Secretária Geral.

Acesse nosso site: www.datamercantil.com

Publicidade Legal

Emparsanco S.A.							
CNPJ/MF: nº 56.473.317/0001-08							
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)							
Ativo	Balanços Patrimoniais				Demonstrações de Resultados		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Circulante	194.567.958,55	187.333.641,64	105.714.659,05	100.711.821,65	Receita Operacional Bruta	18.459.613,04	18.459.613,04
Disponibilidades	32.137,65	247.857,05	26.594.308,44	26.715.845,78	Lucro Operacional Bruto	16.397.618,81	16.397.618,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	194.535.820,90	187.085.784,59	30.770.162,92	27.327.378,54	Impostos Sobre Venda de Serviços	2.061.994,23	2.061.994,23
Contas a Receber	42.250.175,44	42.775.504,57	40.606.098,58	39.630.444,76	Resultado Operacional Líquido	10.204.683,95	10.204.683,95
Impostos a Compensar	472.857,40	472.857,38	-	249.999,90	Custo dos Serviços Prestados	(6.192.934,86)	(6.192.934,86)
Adiantamentos Diversos	16.888.420,38	13.081.403,44	90.611,04	90.611,04	Lucro Bruto Operacional	(5.885.235,58)	(5.885.235,58)
Construções em Andamento	5.756.080,30	5.756.080,30	7.653.478,07	6.697.541,63	Despesas Administrativas	(5.859.370,57)	(5.859.370,57)
Estoque	27.373,67	27.373,67	-	-	Despesas Financeiras	(25.865,01)	(25.865,01)
Imóveis/Terrenos a Comercializar	35.049.000,00	35.049.000,00	114.214.642,69	115.383.898,04	Resultado Operacional	4.319.448,37	4.319.448,37
Crédito de Interligadas	37.415.442,92	28.823.340,08	33.795.513,61	34.964.768,96	Resultado Antes do IRPJ/CSLL	4.319.448,37	4.319.448,37
Adiantamentos a Sócios	56.676.470,79	61.100.225,15	40.624.784,00	40.624.784,00	Provisão para IRPJ e CSLL	(1.012.113,35)	(1.012.113,35)
Não Circulante	114.624.843,06	114.720.554,85	89.263.499,87	85.958.476,80	Resultado Líquido do Exercício	3.307.335,02	3.307.335,02
Realizável a Longo Prazo	62.866.529,17	62.866.529,17	57.370.000,00	57.370.000,00	Demonstrações do Fluxo de Caixa		
Outros Créditos	62.866.529,17	62.866.529,17	74.709.154,62	74.711.466,57	Lucro líquido/Prejuízo do exercício	3.307.335,02	(2.156.046,71)
Investimentos	47.295.088,00	47.295.088,00	(46.122.989,77)	(43.966.943,06)	Outros resultados abrangentes	-	-
Imobilizado Líquido	4.463.225,89	4.598.937,68	3.307.335,02	-2.156.046,71	Total do resultado abrangente do exercício	3.307.335,02	(2.156.046,71)
Total do Ativo	309.192.801,61	302.054.196,49	309.192.801,61	302.054.196,49	Demonstração do Fluxo de Caixa		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total			
Saldo final em 31 dezembro 2019	57.370.000,00	71.395.944,71	3.315.521,86	(46.122.989,77)	85.958.476,80		
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	-		
Realização/Constituição de reservas	-	(2.311,95)	-	-	(2.311,95)		
Resultado do Exercício	-	-	3.307.335,02	3.307.335,02	3.307.335,02		
Saldo final em 31 dezembro 2020	57.370.000,00	71.393.632,76	3.315.521,86	(42.815.654,75)	89.263.499,87		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
1. Contexto Operacional: A Emparsanco S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), com sede na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto social: a execução por conta própria ou de terceiros, quaisquer serviços técnicos pertinentes a obras de engenharia em geral, tais como: projetos, construção, manutenção, conservação, sinalização e fiscalização de obras e estradas de rodagem, de ferro e vias públicas, fregagem e reciclagem de pavimentação e outros afins, conforme capítulo I - Artigo 3º. Do Estatuto Social da Companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **3.1. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. **3.3. Estoques:** O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição dos materiais. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro. **3.4. Imobilizado:** O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, forma ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperáveis acumuladas quando aplicável. Os ganhos e as perdas em alienação são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A depreciação de bens é calculada pelo método linear. **3.5. Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelos valores de contratação, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **3.6. Demais Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes):** um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos **3.7. Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado. **3.9. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC):** Demonstrações dos fluxos de caixa está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), e foi elaborada pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações com influência deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração nas disponibilidades.

Compuway Comercial e Serviços S.A.			
CNPJ/MF: 54.969.134/0001-44 - NIRE: 35.300.470.796			
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária			
Data, Horário e Local: 16/04/2021, às 15h, na sede social. Mesa: Ana Lúcia Teixeira Berenhauer, Presidente; e Ana Paula Dinhi Berenhauer, Secretária. Convocação: Presença da totalidade das acionistas representando a totalidade do capital social. Deliberações Tomadas por Unanimidade: (i) observado o disposto em lei, foram aprovados, por unanimidade das acionistas, o relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020; (ii) decide a unanimidade das acionistas ratificar e alterar o Capital Social da Companhia. Assim sendo, fica aprovada a emissão de 1.300.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação nos termos do Boletim de Subscrição da Companhia, conforme o Anexo I desta Ata. Diante da deliberação ora tomada no item (iii) acima, a Cláusula Quinta do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte e nova redação: "Cláusula Quinta - O capital social, suscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), representados por 2.500.000 ações ordinárias, sendo todas nominativas e sem valor nominal. § Único - A Companhia poderá, mediante aprovação dos acionistas que representem unanimidade das ações com direito a voto reunidos em Assembleia Geral, emitir ações preferenciais, de uma ou mais classes. O montante de ações preferenciais, sem direito a voto, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do capital social." (iii) foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas presentes, que o Lucro do Exercício findo em 31-12-2020, não será distribuído sendo acumulado e registrado na conta de reserva de lucros, para reinvestimento na companhia. Aprovada, foi assinada por todos os presentes. ACIONISTAS PRESENTES: Ana Lúcia Teixeira Berenhauer e Ana Paula Dinhi Berenhauer. São Paulo, 16 de abril de 2021. Ana Lúcia Teixeira Berenhauer - Presidente da Mesa, Ana Paula Dinhi Berenhauer - Secretária da Mesa.			

Enops Engenharia S.A.			
CNPJ nº 69.183.143/0001-82 - NIRE nº 35.300.372.212			
Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária			
Data, Horário e Local: 16/04/2021, às 12h, na sede social. Mesa: Carlos José Teixeira Berenhauer, Presidente; e Alexandre Ferreira Lopes, Secretário. Presença: acionistas representando a totalidade do capital social. Deliberações: Observado o disposto em lei, foram aprovados, por unanimidade dos acionistas: (i) Aprovado o Parecer dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020, a prestação de contas da diretoria e sua submissão a Assembleia Geral; (ii) Aprovado o Plano de Negócios PN 2021 com data em 08/02/2021; (iii) Aprovado a obtenção e contratação de financiamento estruturado junto ao Banco do Brasil no valor limite de R\$ 12 milhões, valor previsto no Plano de Negócios PN 2021 aprovado em 08/02/2021 para fazer frente aos investimentos necessários nos Contratos da Saneasul-Dourados (R\$ 6 milhões), Sabesp VU Centro (R\$ 3 milhões) e Sabesp VU Santo André (R\$ 3 milhões); nas condições comerciais oferecidas na Proposta pelo Banco do Brasil; (iv) Aprovado por unanimidade das acionistas ratificar e alterar o Capital Social da Companhia. Assim sendo, fica aprovada a emissão de 2.500.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação nos termos do Boletim de Subscrição da Companhia, conforme o Anexo I desta Ata Diante da deliberação ora tomada no item (v) acima, a Artigo 5º. Do Item II - Capital Social, da Companhia passa a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte e nova redação: "Artigo 5º. - O capital social da Companhia é de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), representado por 10.500.000 (dez milhões e quinhentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas com direito a voto". (v) Aprovado pelos acionistas o valor de R\$ 3.203.000,00 (três milhões, duzentos e três mil reais), a título de dividendos pagos aos acionistas da companhia, proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social, referente ao exercício de 2020. Aprovada e assinada pelos presentes. Presentes: (a.a.) Ubatan Administração e Participações S.A. (p.p. Carlos José Teixeira Berenhauer); Cali Administração e Participações S.A. (p.p. Alexandre Ferreira Lopes), São Paulo, 16 de abril de 2021. Carlos José Teixeira Berenhauer - Presidente, Alexandre Ferreira Lopes - Secretário.			

Enops Engenharia S.A. - CNPJ nº 69.183.143/0001-82 - NIRE nº 35.300.372.212			
Ata da Reunião do Conselho de Administração			
Data, Hora e Local: 01/03/2021, às 11h, na sede social. Presentes: Totalidade dos membros do Conselho de Administração. Mesa: Presidente Alexandre Ferreira Lopes; Secretário Carlos José Botelho Berenhauer. Deliberações: Iniciados os trabalhos, os Conselheiros por unanimidade deliberaram: (i) Aprovado o Plano de Negócios PN 2021 com data em 08/02/2021; (ii) Aprovado a obtenção e contratação de financiamento estruturado junto ao Banco do Brasil no valor limite de R\$ 12 milhões, valor previsto no Plano de Negócios PN 2021 aprovado em 08/02/2021 para fazer frente aos investimentos necessários nos Contratos da Saneasul-Dourados (R\$ 6 milhões), Sabesp VU Centro (R\$ 3 milhões) e Sabesp VU Santo André (R\$ 3 milhões); nas condições comerciais oferecidas na Proposta pelo Banco do Brasil. Carlos José Botelho Berenhauer - Secretário. Conselheiros: Alexandre Ferreira Lopes, Carlos José Botelho Berenhauer, Ana Helena Teixeira Berenhauer			

Enops Engenharia S.A.			
CNPJ nº 69.183.143/0001-82 - NIRE nº 35.300.372.212			
Ata da Reunião do Conselho de Administração			
Data, Hora e Local: 16/04/2021, às 11h, na sede social. Presentes: Totalidade dos membros do Conselho de Administração. Mesa: Presidente Alexandre Ferreira Lopes; Secretário Carlos José Botelho Berenhauer. Deliberações: Iniciados os trabalhos, os Conselheiros por unanimidade deliberaram: (i) Aprovado as demonstrações financeiras, como parecer dos auditores independentes e a prestação de contas da diretoria referente ao exercício social de 2020, e recomendar sua aprovação em assembleia de Acionistas; (ii) Ratificado sobre o aumento do capital social da Companhia, aumento este efetuado através da conta de reserva de lucros acumulados; (iii) Ratificado e aprovado o pagamento de dividendos no exercício social de 2020 no valor de R\$ 3.203.000,00 (três milhões, duzentos e três mil reais), e o restante do resultado será reinvestido na Companhia. Carlos José Botelho Berenhauer - Secretário. Conselheiros: Alexandre Ferreira Lopes - Carlos José Botelho Berenhauer Ana Helena Teixeira Berenhauer			

Apoyo Cotações Sistema de Informática S.A.							
CNPJ - 09.379.577/0001-20							
Relatório da Administração							
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)							
Ativo	Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Circulante	1.285	664	1.533	276	Receita operacional líquida	2.314	1.569
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.285	664	1.533	276	Receitas (despesas) operacionais	(2.593)	(1.967)
Contas a Receber	288	214	40	236	Lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial	(279)	(398)
Impostos a Compensar	1.573	878	1.573	878	Receitas (despesas) financeiras líquidas	(9)	(7)
Não circulante	288	214	40	236	Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(288)	(405)
Investimentos	-	-	-	-	Imposto de Renda e Contribuição Social	92	119
Imobilizado Líquido	-	-	-	-	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(196)	(286)
Total do Ativo	1.573	878	1.573	878	Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
Notas Explicativas							
A Apoio Cotações Sistema de Informática S.A. é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade Campinas, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto as atividades de suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Principais políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, observância dos princípios fundamentais de contabilidade, em alinhamento com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos na Lei 6.404/76 e com base na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000 (R1) que trata da contabilidade para pequenas e médias empresas. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerações razoáveis para as circunstâncias. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Empresa são: (a) Impairment de ativos financeiros; (b) Análise de recuperação de valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Imposto de renda e a contribuição social diferidos; (d) Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais; (e) Reconhecimento de receitas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": A Empresa definiu uma equipe que revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das regras contábeis de arrendamento determinadas pela IFRS 16 e concluiu que não possui contratos de arrendamento mercantil que se enquadram nesta regra, por esse motivo não será diretamente afetada pela nova norma. IFRIC 23/CPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/ICS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Empresa nos períodos em aberto final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. Normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB nas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros: substituição a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram: • Aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros; • Estabelecimento da prudência como um componente de neutralidade; • Definição de entidade; • Revisão das definições de ativo e passivo; • Remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento; • Inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e • Afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser raciocinadas quando isso aproximar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras. Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada. Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors": em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão foi emitida em 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo à Estrutura Conceitual. Como resultado da pandemia da COVID-19, o IASB decidiu conceder às entidades mais tempo para implementar quaisquer alterações de classificação que possam resultar do aditivo. Sendo assim, as alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. Eventos Subseqüentes: Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou a emergência de saúde pública de nível global devido ao novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global. A Companhia entendeu que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa poderão ser afetados durante o exercício de 2020, em razão do status de pandemia do novo coronavírus. Entretanto, dado o atual momento, não foi possível mensurar o impacto de forma segura. E esperamos que as operações da Companhia sejam afetadas da seguinte forma: • Redução de receitas; • Potenciais inadimplências financeiras; • Redução de geração de caixa.							

Viacenter Securitizadora S.A.			
CNPJ/MF nº 04.690.249/0001-90 - NIRE 35.300.564.090			
Ata da 1ª (Primeira) Assembleia Geral Extraordinária			
Data, Hora e Local: 04/02/2021, às 10h00, na sede social, na Rua Fernão Dias, nº 289, Assis/SP. Convocação e Presença: Dispensada face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Fernando Carmelos Marsicano; Presidente, João Aparecido Patim; Secretário. Deliberações da Ordem do Dia: I. Colocada em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 20.000 debêntures simples, no valor de R\$ 20.000.000,00, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada por unanimidade com as seguintes características: 1. Quantidade de Debêntures a serem Emitidas: Será emitido 20.000 debêntures simples. 2) Nº de Séries: A emissão será realizada em 12 séries. 3. Modo e Prazo para Subscrição e Integralização: 3.1. As debêntures serão integralizadas no prazo de 96 meses, em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a emissora, no ato da subscrição, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças. 3.2. As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 96 meses, contados a partir de 11/02/2021. 4. Data de Início da Emissão: Para os efeitos legais, a data de início da emissão das debêntures será 11/02/2021. 5. Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão: Na data de início da emissão prevista no item 4, as debêntures representativas desta emissão terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante de R\$ 20.000.000,00. A emissão será realizada em 12 séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda pelas debêntures. 6. Forma: As debêntures terão a forma nominativa, não endossável. 7. Modalidade: Simples, não conversíveis em ações. 8. Espécie: As debêntures serão da espécie subordinada. 9. Vencimento das Debêntures: As debêntures desta emissão vencerão no prazo de 120 meses, contado a partir da data de emissão do item 4, ou seja, vencerão em 11/02/2031, data em que a Emissora deverá pagar ao(s) debenturista(s) o respectivo valor nominal, devidamente atualizado de acordo com o estabelecido no item 12. 10. Colocação: O lançamento das debêntures será privado, sem a intermediação de Instituição Financeira. 11. Preço de Integralização: O preço unitário para integralização das debêntures desta emissão deverá ter o seu valor nominal fixado em R\$ 1.000,00, atualizado na forma prevista no item 12, calculado a partir de 11/02/2021 até as datas das respectivas integralizações. 12. Base de Remuneração: A título remuneratório, cada uma das Debêntures pagar. O valor equivalente aos juros mensais estipulados em percentual para a respectiva serie conforme indicado no subitem 12.1 incidentes sobre o valor devidamente integralizado das debêntures ("Remuneração Bruta"), deduzido-se o imposto de renda incidente sobre o rendimento do Debenturista titular da Debênture ("IR da Remuneração"), conforme esmiuçado nos subitens abaixo (sendo que a soma da Remuneração Líquida com o IR da remuneração formam a "Remuneração Bruta"), a qual, acrescida de outros tributos eventualmente incidentes sobre a Remuneração cujo contribuinte seja o Debenturista, designa-se de "Remuneração Bruta Acrescida". 12.1. Percentual da Remuneração Bruta: O percentual aplicável da remuneração bruta será expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, sendo: 1º série será de 3,36%; 2º série será de 2,84%; 3º série será de 2,71%; 4º série será de 2,58%; 5º série será de 2,33%; 6º série será de 1,94%; 7º série será de 1,68%; 8º série será de 1,42%; 9º série será de 1,30%; 10º série será de 1,17%; 11º série será de 0,78%; 12º série será de 0,65%. 12.2. IR da Remuneração: Os rendimentos referidos nesse item 12 serão sujeitos à tributação de IR cuja alíquota é variável de acordo com o prazo da aplicação e considerando, também, a Remuneração Bruta, a debênture pagará, efetivamente, o valor correspondente à soma da Remuneração Líquida com o IR da Remuneração incidente por ocasião do fato gerador, sendo que a variável de alíquota deste imposto e o valor deste serão suportados, integralmente, pela Emissora. A diminuição de alíquota pelo decurso do prazo da operação não alterará a Remuneração Bruta do Debenturista, mas apenas o IR da Remuneração e, por conseguinte a Remuneração Líquida sendo que este imposto diminuirá no decorrer do prazo da operação, aumentando a Remuneração Líquida. 13. Dos Pagamentos: Os pagamentos a que fizerem jus os debenturistas serão efetuados pela Emissora através de depósito em conta(s) corrente(s) bancária(s) em nome do(s) debenturista(s), a ser indicada(s) pelo(s) mesmo(s). 13.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação desta emissão até o 1º dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário em Assis/SP, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, dos valores a serem pagos. 13.2. A remuneração poderá ser paga mensalmente, semestralmente, anualmente, sendo que a periodicidade do pagamento da remuneração poderá ser fixada entre a Emissora e o Debenturista. 13.3. As debêntures poderão ser resgatadas parcialmente ou na sua integralidade. 13.4. O resgate das debêntures, assim como sua remuneração, poderá ser solicitada em prazo inferior ao prazo de vencimento das mesmas, todavia o pagamento será realizado no prazo de 30 dias, a partir da data da solicitação, para valores de até R\$ 200.000,00, para valores superiores a R\$ 200.000,00 a partir da data de solicitação. 14. Juros Moratórios: Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor do débito, além da remuneração tal como estabelecido no item 12, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. 15. Aquisição Facultativa: A Emissora poderá a qualquer tempo adquirir debêntures desta emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado na forma prevista no item 12, as debêntures objeto deste procedimento poderão ser novamente colocadas em circulação. 16. Vencimento Antecipado: Declarar-se-á antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos: 16.1. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$ 500.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ser cancelado ou ainda se forem prestadas garantias, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 dias de sua ocorrência; 16.2. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora; 16.3. decretação de falência da Emissora; 16.4. falta de cumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, desde que não sanada em 30 dias, contados a partir da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado; ou 16.5. Vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, previstas na Escritura de Emissão. 17. Publicidade: Todos os atos societários e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornais de grande circulação. 18. Decadência dos Direitos aos Debenturistas: Os direitos a juros moratórios decaem na hipótese de não comparecimento para recebimento dos debenturistas desta emissão, dos valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado previamente publicado. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assis/SP, 04/02/2021. Assinatura: Mesa: Fernando Carmelos Marsicano, Presidente e João Aparecido Patim, Secretário. JUCESP - Registrado sob o nº 154.889/21-0 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.			

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

Publicidade Legal

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592
 Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Reunião Digital
 Acesso pelo link: <https://zoom.us/j/96310459741?pwd=YjBvUHVEeXZwd2J4ZUI3cjJueGd2UT09>
 ID da Reunião nº ID da reunião: 963 1045 9741

Ficam convocados os acionistas da Clínicas do Brasil Holding S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 07 de maio de 2021, às 09h30, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10 de junho de 2020, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: (A) **Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) as contas da administração, o relatório anual da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (2) a proposta da administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (3) a eleição ou reeleição, conforme aplicável, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (B) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (4) a apreciação da proposta da administração quanto ao exercício parcial dos bônus de subscrição nº 02, 03 e 04 e para aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, pelo Conselho de Administração; (5) a reafirmação da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2019, às 9h00, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 357.577/20-6, em 04.09.2020 ("AGE 26.08.2019"), de modo a constar que as deliberações em tal assembleia foram aprovadas por maioria de votos; (6) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia; e (7) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico) - patricia.passos@cpb.com.br com no mínimo 72h (setenta e duas horas) de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na IN DREI nº 81/2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos antes do horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 27 de abril de 2021. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira** - Presidente do Conselho de Administração

Bolsa fecha em leve alta de 0,05%, à espera de balanços e de dados da semana



O Ibovespa teve um início de semana morno, em faixa de variação relativamente estreita, de cerca de 1,5 mil pontos entre a mínima e a máxima, à espera de balanços relevantes como o da Vale (depois do fechamento de desta segunda-feira), no começo de uma semana, a última de abril, que reserva novos dados de inflação no Brasil e decisão de política monetária nos Estados Unidos, na quarta-feira. O índice da B3 fechou em leve alta de 0,05%, a 120.594,61 pontos, entre piso de 119.859,60 e pico de 121.392,72 pontos na sessão, com giro financeiro a R\$ 29,0 bilhões. No ano, o Ibovespa acumula ganho de 1,33%. Após ter ensaiado recuperar a linha de 121 mil pontos – que recentemente havia sido tocada no intradia em quatro sessões, entre 15 e 20 de abril, mas sustentada apenas no fechamento do dia 16 –, o Ibovespa segue retido na marca de 120 mil pontos, que tem predominado desde o último dia 14. Após uma forte primeira quinzena,

com partida aos 115 mil no fechamento do dia 1º, o Ibovespa mostrou menos vigor na segunda metade de abril, embora ainda acumule ganho de 3,40% no mês, que termina nesta sexta-feira, após avanço de 6% em março. “A semana promete ser uma das mais agitadas do ano, pela agenda de balanços lá fora, de gigantes americanas de tecnologia – como Tesla nesta segunda; Apple e Facebook, na quarta-feira –, e também de indústrias, como Boeing e Ford, na quinta, que podem dar uma boa direcionada ao mercado, além da decisão de juros nos Estados Unidos, seguida da entrevista do Jerome Powell, presidente do Federal Reserve”, diz Lucas Carvalho, analista da Toro Investimentos. “O agravamento da crise da pandemia na Índia, com aumento das contaminações, contribuiu hoje para pressionar abaixo o preço do petróleo, commodity da qual o país é importante consumidor – movimento que pode impactar outros insumos.”

IstoÉDinheiro

Constran Internacional Construções S.A.

CNPJ/MF nº 32.239.244/0001-18
 Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

		Balanços Patrimoniais			Demonstrações dos Resultados		
Ativo	Nota	2020	2019	Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		111.433	115.546	Circulante		10.114	9.226
Caixa e equivalentes de caixa	3.c	255	2.907	Forneceedores		3.954	4.441
Clientes		536	504	Salários, impostos e contribuições a recolher	7	4.361	2.155
Créditos e valores	4	109.812	109.812	Provisão de férias e encargos		639	645
Despesas antecipadas		-	1.448	Conta corrente consórcio	8	1.160	1.985
Outros créditos		830	875	Exigível a longo prazo		6.855	7.461
Não circulante		257.491	250.050	Mutuo com partes relacionadas	9	6.855	6.855
Realizável a longo prazo		-	3.421	Salários, impostos e contribuições a recolher	7	-	606
Despesas antecipadas		-	3.421	Patrimônio líquido		351.955	348.909
Imobilizado	5	2.091	2.088	Capital social		367.288	356.429
Intangível	6	255.400	244.541	Prejuízos acumulados		(15.333)	(7.520)
Total do ativo		368.924	365.596	Total do passivo e patrimônio líquido		368.924	365.596

		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		
		Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018		246.618	-	246.618
Aumento do Capital Social		109.811	-	109.811
Prejuízo do exercício		-	(7.520)	(7.520)
Saldos em 31/12/2019		356.429	(7.520)	348.909
Aumento do Capital Social		10.859	-	10.859
Prejuízo do exercício		-	(7.813)	(7.813)
Saldos em 31/12/2020		367.288	(15.333)	351.955

		Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
		2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(7.813)	(7.520)	
Prejuízo do exercício		(7.813)	(7.520)	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:				
Depreciação / amortização		1	1	
Resultado ajustado		(7.812)	(7.519)	
Variáveis nos ativos e passivos operacionais:				
Clientes		(32)	(504)	
Créditos e valores		(4)	(109.811)	
Despesas antecipadas		4.869	(4.869)	
Outros créditos		48	(875)	
Forneceedores		(486)	4.441	
Salários, impostos e contribuições a recolher		423	2.062	
Impostos parcelados		1.175	699	
Provisão de férias e encargos		(5)	644	
Conta corrente consórcio		(826)	1.985	
Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais		(2.650)	(113.747)	
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos				
Adições ao imobilizado		-	-	
intangível e investimento		(10.861)	(13)	
Recursos consumidos nas atividades de investimentos		(10.861)	(13)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Mutuo com partes relacionadas		-	6.855	
Aumento de capital		10.859	109.811	
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos		10.859	116.666	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(2.652)	2.906	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.907	1	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		255	2.907	
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(2.652)	2.906	

13. Cobertura de Seguros (não auditados): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **14. Impactos da COVID-19:** A Companhia tem enviado esforços para minimizar os impactos decorrentes da atual pandemia da COVID-19 sendo sua principal prioridade a saúde e a segurança de seus colaboradores, de seus clientes e fornecedores, considerando as determinações das autoridades sobre o tema e está tomando todas as medidas para reduzir qualquer impacto nas operações e na liquidez da Companhia, bem como os efeitos e julgamentos críticos que envolvem suas demonstrações financeiras.

José Roberto Maluf Moussalli – Diretor Presidente
 Augusto Cesar Ribeiro Pinheiro – Diretor
 Luiz Carlos da Silva – Contador CRC 15P.194.889/O-8

Petróleo fecha em queda, com temor por demanda global após piora da pandemia



Os contratos futuros de petróleo fecharam em baixa nesta segunda-feira, 26, com o recrudescimento da pandemia de covid-19 colocando em risco as perspectivas de recuperação da demanda pela commodity energética em 2021. O mau humor foi atenuado após o comitê técnico da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) demonstrar preocupação com a alta nos casos da doença na Índia, mas o óleo retomou trajetória de baixa antes do fim da sessão. O barril do petróleo WTI com entrega prevista para junho fechou em queda de 0,37% (-US\$ 0,23), cotado a US\$ 61,91 na New York Mercantile Exchange (Nymex), enquanto o Brent para o mesmo mês recuou 0,70% (-US\$ 0,46), a US\$ 65,65, na Intercontinental Exchange (ICE).

A piora da pandemia do novo coronavírus, com destaque para a Índia, tem sido motivo de temor para o setor de energia. O país, um dos maiores importadores de petróleo do mundo, registrou no último sábado, 24, sua maior taxa de infecções diárias pelo terceiro dia seguido. Hoje, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, classificou a situação da epidemia no país como “grave”. O cenário indiano da crise sanitária chamou a atenção também do comitê técnico conjunto (JTC, na sigla em inglês) da Opep+, que hoje manteve a sua projeção para a recuperação da demanda global em 2021, mas alertou para a alta nos casos de covid-19 na Índia, no Japão e no Brasil, segundo informou a Reuters.

IstoÉDinheiro

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 30.914.898/0001-74

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social		Reserva Legal		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros (prejuízos) acumulados		Total Patrimônio Líquido		
Balancete Patrimonial			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Operações continuadas		Demonstração do Resultado		Operações continuadas		Demonstração do Resultado		Operações continuadas		
Ativo	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Circulante	23.077	66	238.997												
Caixa e equivalente de caixa	9.421	66	39.821												
Aplicações financeiras	–	–	11.776												
Contas a receber	–	–	77.607												
Impostos a recuperar	12	–	6.102												
Estoques	–	–	10												
Partes relacionadas	2.115	–	31												
Ativo financeiro	–	–	103.051												
Dividendos a receber	11.505	–	–												
Outros ativos	24	–	599												
Não circulante	–	–	544.975												
Impostos a recuperar	–	–	15.098												
Aplicações financeiras	–	–	16.624												
Ativo financeiro	–	–	513.144												
Outros ativos	–	–	109												
Investimentos	523.424	–	–												
Imobilizado	22	–	3.329												
Intangível	–	–	349.961												
Total do ativo	523.446	66	1.137.262												
Passivo e Patrimônio líquido	52.791	26	146.226												
Circulante	77	6	7.683												
Fornecedores	–	–	7.840												
Fornecedores – Confirming	–	–	54.075												
Empréstimos e financiamentos	–	–	52.357												
Dividendos propostos	52.357	–	–												
Arrendamentos	–	–	217												
Obrigações trabalhistas	83	17	1.955												
Impostos e contribuições a recolher	274	3	4.586												
IRPJ e CSLL a recolher	–	–	1.280												
Impostos diferidos	–	–	7.250												
Outras contas a pagar	–	–	8.983												
Não circulante	–	–	497.304												
Empréstimos e financiamentos	–	–	257.445												
Arrendamentos	–	–	241												
Impostos e contribuições a recolher	–	–	1.582												
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	152.692												
Impostos diferidos	–	–	69.671												
Provisão para contingências	–	–	896												
Outras contas a pagar	–	–	14.777												
Patrimônio líquido	493.731	40	493.731												
Capital social	187.471	501	187.471												
Reserva legal	20.113	–	20.113												
Lucros (prejuízos) acumulados	286.147	(461)	286.147												
Total do passivo e patrimônio líquido	523.446	66	1.137.262												
Demonstrações do Resultado Abrangente			Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
			2020		2019		2020		2019		2020		2019		
			Não auditado								Não auditado				
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	402.258	(461)	404.403												
Resultado Abrangente do período	402.258	(461)	404.403												
Ótávio Ferreira da Silveira – Diretor Presidente			Rogério Bolzani Caldas – Diretor Financeiro		Ronney Donizete Fernandes – Contador CRC 1SP 286.064/O-3										
As Demonstrações Contábeis completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia															

Dólar cai ao menor nível desde fevereiro com fim de novela do Orçamento



Contrariando o clima de cautela observado na Bolsa e no mercado de moedas internacional, o real teve um dia de fortalecimento e o melhor desempenho mundial, considerando uma cesta de 34 moedas mais líquidas. Entrada de capital estrangeiro e desmonte de posições contra a moeda brasileira no mercado futuro explicam a melhora, ressaltam profissionais das mesas de câmbio. Este movimento é estimulado pelo fim da novela sobre o Orçamento de 2021, que deve ser sancionado nesta quinta-feira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, com veto parcial, e leva o câmbio a corrigir exageros recentes. Com isso, a divisa dos EUA caiu a R\$ 5,44 na mínima do dia.

No fechamento, o dólar à vista encerrou o dia em baixa de 1,73%, a R\$ 5,4546, o menor nível desde 24 de fevereiro, enquanto subiu em emergentes como México e África do Sul. No mercado futuro, o dólar para maio cedia 2,09%, cotado em R\$ 5,4530 às 17h36

Apesar do Orçamento ter deixado R\$ 125 bilhões em recursos fora do teto e do alerta nesta quinta da agência Moody's de que isso é negativo para o perfil de crédito para o Brasil, a visão entre participantes do mercado é que o impasse chega ao fim e abre caminho para a agenda de reformas, incluindo as microeconômicas, prosseguir. "A saga do orçamento parece ter chegado ao fim", afirma o economista para América Latina da consultoria inglesa Pantheon Macroeconomics, Andres Abadia. IstoéDinheiro

Omega Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 14.797.440/0001-26

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)			Demonstrações de Resultados		Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
Balancete Patrimonial			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
Ativo	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	86.635	87.110	343.076	424.180	3.449	7.697
Caixa e equivalentes de caixa	7.699	9.527	(320.370)	(406.610)	–	–
Clientes	71.825	61.885	22.707	17.570	–	–
Outros créditos	7.111	15.698	–	–	–	–
Investimentos	1.176	1.500	–	–	–	–
Imobilizado	99	18	–	–	–	–
Intangível	200	(0)	–	–	–	–
Total do ativo não circulante	1.475	1.518	(17.748)	(3.837)	(1.162)	(2.066)
Total do ativo	88.110	88.628	325.328	420.343	2.287	5.631
Passivo	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Passivo circulante	65.353	70.865	1.955	7.255	1.955	7.255
Fornecedores	49.527	66.490	–	–	–	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	10.405	2.633	–	–	–	–
Outras obrigações	5.421	1.742	–	–	–	–
Passivo não circulante	5.402	3.548	1.793	1.582	1.793	1.582
IRPJ e CSLL diferidos Passivo	5.402	3.548	–	–	–	–
Total do passivo	70.755	74.413	3.748	8.837	3.748	8.837
Patrimônio líquido	17.355	14.215	321.580	411.506	(1.461)	(3.206)
Capital social	5.000	5.000	–	–	–	–
Reserva de lucros	12.355	9.215	–	–	–	–
Total do passivo e patrimônio líquido	88.110	88.628	325.328	420.343	2.287	5.631
Notas Explicativas			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.			Capital social		Reserva Legal	
			Aumento de capital/AFAC		Resultado do exercício	
			Constituição de reserva de lucros		Resultado do exercício	
			Resultado do exercício		Resultado do exercício	
			Outros		Resultado do exercício	
			Saldo em 31/12/2019		Saldo em 31/12/2020	
			5.000		5.000	
			7.388		7.388	
			–		–	
			3.449		3.449	
			–		–	
			3.449		3.449	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			3.449		3.449	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	
			–		–	
			8.906		8.906	
			–		–	
			17.355		17.355	

... continuação

fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados. **2.6. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7. Reconhecimento de receita:** **a) Receitas de serviços:** As receitas provenientes de pedágios e as receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **b) Receitas de construção:** A receita de construção foi estimada considerando-se os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas. O Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com os riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são materiais para fins de mensuração, sendo aplicada uma margem de construção que varia de 0% a 1,0% nas empresas do Grupo. **2.8. Ajuste a Valor Presente (AVP)** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.9. Normas novas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciais a partir de 01/01/2021, a saber: **• Reforma da taxa de juros de referência:** Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 01/01/2021. **• Contratos onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 01/01/2022. **• Imobilização:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 01/01/2022. **• Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 01/01/2022. **• Classificação do passivo em circulante ou não circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 01/01/2023. **• IFRS 17 – Contratos de seguros:** A partir de 01/01/2023. A Companhia e o Grupo não adotaram antecipadamente essas normas e não esperam que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas. **a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos ("Impairment")** O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Anualmente, o Grupo testa eventual impairment de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado. Os efeitos de impairment dos investimentos detidos pela Companhia e suas empresas controladas encontram-se apresentados nas Notas 11, 12 e 19. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização dos impostos diferidos está apresentada na Nota 10. **c) Reconhecimento de margem da receita de construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos. **d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A amortização do ativo intangível reflete o prazo em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **e) Provisões para contingências e depósitos judiciais:** A Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. **4. Gestão de risco financeiro – 4.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e suas empresas controladas são expostas a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas a: (i) riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços; e (iii) o risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios. **d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o seu respectivo Patrimônio Líquido. **e) Risco de mercado/Taxas de Juros:** A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas ao risco da variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. As dívidas estão sujeitas às variações da Taxa de Longo Prazo ("TLP"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), do Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e da Taxa de Depósito Interfinanceiro ("DI"). Com a celebração do instrumento da Inação pela CRO, mencionada na Nota 15, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, que passou a utilizar o DI, em substituição à Taxa de Longo Prazo ("TLP"). As empresas Controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas onde as tarifas concessionárias são reajustadas pelo IPCA, em sua maioria. **4.2. Gestão de capital – Consolidado:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas e beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que reduza esse custo. A Companhia e suas empresas Controladas monitoram a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, o qual é representado pela soma do patrimônio líquido consolidado. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	941.072
Arrendamento mercantil operacional	16	10.614
Caixa e equivalentes de caixa	6	(47.273)
Aplicações financeiras	7	(130.350)
Dívida líquida	37	873.963
Patrimônio líquido		607.052
Total do capital próprio e de terceiros		1.381.115
Índice de alavancagem financeira – %	56%	59,21%

5. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado – A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados por categoria:

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	47.273	17.445
Aplicações financeiras	7	130.350	224.871	–
Contas a receber	8	–	19.997	15.541
Demais contas a receber		–	3.586	2.761
		130.350	224.871	35.747
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	–	941.072	1.006.325
Arrendamento mercantil operacional	16	–	10.614	19.078
Fornecedores	–	–	19.812	90.626
Partes relacionadas	9	–	147.893	53.562
Outros passivos	–	–	8.977	2.732
			1.128.368	1.172.323

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	1.499	72	4.185	2.828
Numeração em trânsito	–	–	381	503
Aplicações financeiras (a)	8.223	13.438	42.102	13.438
Fundo fixo e de troca	–	–	605	676
	9.722	13.510	47.273	17.445

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente convertíveis em caixa. Em 31/12/2020, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 96% e 102% do CDI (em 2019 – 98% a 101% do CDI, aplicados no Fundo Atlântico, o qual destinava-se, exclusivamente, aos investimentos da Companhia e de suas empresas Controladas).

7. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aplicações financeiras (a) (b)	–	–	–	81.420
Títulos de valores mobiliários (c)	130.350	143.451	130.350	143.451
	130.350	143.451	130.350	224.871

Ativo circulante
Ativo não circulante
130.350 143.451 130.350 143.451

(a) Em 23/09/2020, o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico foi resgatado para amortização extraordinária ao Contrato de Empréstimo Ponte junto a CEF (Nota 15(c)). (b) Em 31/12/2019, as aplicações financeiras incluem o montante de R\$ 14.223 aplicados em conta reserva da CRO, nos termos do contrato de cessão fiduciária (Nota 15). Em 2020, tais recursos foram liberados para utilização na manutenção de despesas operacionais de curto prazo. (c) Representa o valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multistratégia ("FIP OTP CRB"), constituído com a finalidade de deter a participação residual de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). Em 2020, a variação das cotas foi de R\$ 13.102, decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido pelo FIP OTP CRB, tendo ocorrido amortização de cotas no montante de R\$ 700 a favor da ODBR, com recursos provenientes de distribuição de dividendos pela CRB.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Meios de pagamentos eletrônicos (a)	–	–	19.046	14.873
Outros	627	627	951	668
	627	627	19.997	15.541

(a) As contas a receber são registradas pelo respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Em 31/12/2020, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito, e toma por base para essa avaliação, entre outros aspectos, as informações históricas sobre os índices de inadimplência, a tradição e a reputação no mercado, a qualidade da administração e informações publicadas na mídia e veículos especializados das contrapartes.

9. Partes relacionadas – a) Controladora

	Ativo não circulante		Passivo circulante		Resultado do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Concessionária Rota do Oeste ("CRO") (viii)	–	–	–	–	11.558	–
Odebrecht Transport S.A. (v)	–	–	421	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	–	421	–	11.558	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	–	–	–	25.083	–

b) Consolidado

	Ativo não circulante		Passivo circulante		Resultado do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	–	–	–	–	–	–
Contas a receber	71.402	382	–	–	–	–
Fornecedores	–	–	87.097	–	–	–
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–
Transações	–	–	–	–	50	–
	71.402	382	87.097	–	50	–

(i) A rubrica de Adiantamentos a Fornecedores está relacionada a adiantamentos feitos pela CRO para a execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, o qual está registrado como custo do ativo de contrato (Nota 14(c)). Por outro lado, em função da suspensão do Contrato de EPC pela CRO com a CNO, existem obrigações contratuais da CRO com a CNO que precisarão ser endossadas, caso haja o término do Contrato de EPC (oriundos de eventual rescisão/caducidade do Contrato de Concessão). (ii) Refere-se ao rateio e repasse de despesas, tais como alugéis e despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e/ou tecnologia da informação e repasse de passivos trabalhistas). (iii) O saldo alocado em Fornecedores, decorre da contratação pela CRO para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT. A contratação obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração da CRO. Em 2020, foi reconhecido o montante de R\$ 12.290 de juros sobre o prazo de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto ao OECI conforme estabelecido em contrato. (iv) Em 17/07/2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente à locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajustes dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. Em 31/12/2020, o passivo total desse contrato, correspondia ao montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas nesse contrato. (v) Em 24/06/2016, a CRO firmou contrato de mútuo com a OTP O mútuo está subordinado a quitação do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, atualmente sub-rogado através de Instrumento de Inação junto aos Credores. O mútuo poderá ser liquidado antecipadamente, caso o empréstimo seja primeiramente quitado junto aos Credores. Em 31/12/2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.859 de juros sobre o contrato de mútuo. (vi) Refere-se ao rateio de despesas com locação de imóvel e com centro de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) com o Grupo. (vii) Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia. (viii) A CRO possui em 31/12/2020, um montante de mútuo com a ODB Rodovias no montante de R\$ 388.476 (2019 – R\$ 376.918), os recursos captados através desta operação deverão ser exclusivamente utilizados pela CRO para investimentos na recuperação, implantação e melhorias para operação da Rodovia BR 163 MT.

10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – a) Imposto de renda e contribuição social diferidos – Consolidado: Os saldos dos ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2020	2019
Ativo (passivo) fiscal diferido	17.429	22.622
Resultado fiscal/Base negativa (*)	–	3.611
Resultado pré-operacional	–	–
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(34.583)	(39.941)
Provisão para Manutenção Especial – ICPC01	30.929	36.328
Outras diferenças temporárias	14.698	10.522
	28.473	33.142

(*) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	2020	2019
2020	–	772
2021	2.424	2.424
2022	10.952	10.952
2023 em diante	4.053	8.474
	17.429	22.622

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da CRO e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da CRO.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.481)	7.016
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.956)	(1.695)
	(7.437)	5.321

11. Ativos não circulantes mantidos para negociação – Tendo em vista o estágio avançado das negociações, e sendo altamente provável que a alienação ocorra durante o próximo exercício social, os investimentos da ODBR nas empresas CBN, CRC e CRA, juntamente com os direitos a receber do mútuo detido pela Companhia a favor da CRA, estão sendo tratados como "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação", mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas para a venda, tendo sido reconhecidas perdas pelo valor de recuperabilidade (impairment) no montante total de R\$ 167.697, em 2020 (2019: R\$ 163.532). Os resultados dos "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" estão apresentados na rubrica "Operações Descontinuadas" na demonstração do resultado e a participação nos ativos e passivos estão apresentados nas rubricas "Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" e "Passivos Relacionados a Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação" no balanço patrimonial, conforme detalhadas nos itens (i) e (ii) a seguir.

(i) Saldo patrimonial em 31 de dezembro:

	2020		2019	
	ODBR	CRC Eliminações	2020	2019
Caixa e equivalentes de	–	–	–	–
Contas a receber	9.634	–	9.634	4.049
Tributos a recuperar	–	2.492	–	1.238
Outros ativos	–	241	–	450
Ativo circulante	–	103	–	129
Aplicações financeiras	12.470	–	12.470	5.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	7.969	–	7.785
Outros ativos	–	–	2.952	–
Investimento	–	–	532	–
Imobilizado	71.812	(28.238)	43.574	66.595
Intangível	–	178	–	178
Ativo não circulante	71.812	73.841	(28.238)	117.415
Total do ativo	71.812	86.311	(28.238)	129.885

(ii) Saldo patrimonial em 31 de dezembro:

	2020		2019	
	ODBR	CRC Eliminações	2020	2019
Caixa e equivalentes de	–	–	–	–
Contas a receber	9.634	–	9.634	4.049
Tributos a recuperar	–	2.492	–	1.238
Outros ativos	–	241	–	450
Ativo circulante	–	103	–	129
Aplicações financeiras	12.470	–	12.470	5.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	7.969	–	7.785
Outros ativos	–	–	2.952	–
Investimento	–	–	532	–
Imobilizado	71.812	(28.238)	43.574	66.595
Intangível	–	178	–	178
Ativo não circulante	71.812	73.841	(28.238)	117.415
Total do ativo	71.812	86.311	(28.238)	129.885

12. Investimentos – Controladora – a) Investimentos em controladas e coligadas:

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
CRO	363.558.000	363.558.000	100,00	100,00	353.026	305.071	47.955	(12.966)
CRC	26.150.154	26.150.154	74,13	74,13	38.093	36.638	1.854	(422)
CBN	355.143.264	355.143.264	50,00	50,00	274.931	280.581	(22.901)	(6.560)
CRA	70.719.454	70.719.454	50,00	50,00	57.090	41.872	6.064	(6.284)

b) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Equivalência de início do exercício	Ativo não circulante mantido para negociação	Saldo no final do exercício
Investimentos	–	–	–	–
Concessionária Rota do Oeste S.A.	–	47.955	–	–

Publicidade Legal

... continuação

(*) Apenas o montante de R\$ 100.645 se refere a adições com impacto no caixa no exercício. (**) Parte da amortização relativa aos Direitos de uso, no montante de R\$ 2.929, foi apropriada ao Ativo Intangível. **d) Ativo de contrato:** Os valores apresentados nessa rubrica são originados da controladora CRO, sendo:

	Recu- ção	ope- ração	Melhora- mentos	Obras Adianta- em mentos	Adianta- mentos	Total
Custo	5.998	27	2.118	-	75.078	83.221
Saldo em 31/12/2019	5.998	27	2.118	-	75.078	83.221
Adições	2.437	-	4.373	91	-	6.901
Baixas	-	-	-	-	(3.003)	(3.003)
Transferência	(932)	-	-	-	-	(932)
Movimentação do período	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
Custo	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187
Saldo em 31/03/2020	7.503	27	6.491	91	72.075	86.187

O IFRS 15 (CPC 47), estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando da conclusão da obrigação de performance, por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

15. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Instituição financeira	Encargos financeiros anuais (%)		2020	2019
	2020	2019		
CEF	TJLP + 3,5%	310.002	383.345	
BNDES	TJLP + 2,9%	-	642.061	
Banco ABC Brasil S.A.	DI + 5,20%	30.940	-	
Banco Credit Agricole Brasil S	DI + 5,20%	125.941	-	
Banco do Brasil	DI + 5,20%	140.944	-	
Banco Itaú S.A.	DI + 5,20%	87.548	-	
Banco Pine S.A.	DI + 5,20%	87.663	-	
ING BANK N.V	DI + 5,20%	163.321	-	
(-) Custo de transação (a)		(5.287)	(19.081)	
		941.072	1.006.325	
		941.072	1.006.325	

Passivo circulante
A CRO possuía um contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000, valor em 25/03/2020, quando ocorreu o pagamento ("Contrato de Financiamento Ponte BNDES"), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163/MT, tendo sido liberado o montante de R\$ 590.000. Sobre o valor do principal da dívida incidiram juros de Taxa de Longo Prazo + 2,9% a.a. O vencimento vinha sendo prorrogado de forma sucessiva, sendo que em 15/05/2019 foi celebrado um aditivo contratual, prorrogando novamente o prazo de vencimento para 15/05/2020. Em 17/02/2020, o Banco Crédito Agrícola Brasil S.A. ("Crédit Agricole"), o Banco Itaú S.A. ("Itaú"), o Banco ABC Brasil S.A. ("ABC"), o ING Bank N.V. ("ING") e o Banco Pine S.A. ("Pine") e, em 18/02/2020, o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e em conjunto com Crédito Agrícola, Itaú, ABC, ING e Pine, "Credores", na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, realizaram o pagamento do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO, no âmbito do referido contrato. Em decorrência do pagamento ao BNDES, em 25/03/2020, a CRO celebrou um Instrumento de Inação junto aos Credores, exceto Banco do Brasil, por meio do qual os Credores concordaram em não iniciar e/ou continuar ação de execução judicial ou extrajudicial contra a CRO e/ou seus acionistas, assim como em suspender os efeitos dos inadimplementos pela CRO e/ou pelas acionistas ocorridos nos termos dos documentos da operação, mediante as seguintes condições: (1) definição da participação de cada instituição na dívida consolidada, sendo: Banco do Brasil: 20,67%; Crédito Agrícola – 20,67%; Itaú – 14,39%; Pine – 14,39%; ABC – 5,08%; e ING – 24,80%; (2) em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Crédito Agrícola, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20% a.a.; (3) em relação à participação na dívida consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10% a.a.; (4) amortização no montante de 3,5% a.a. do valor de principal da dívida consolidada, conforme as participações aplicáveis a cada credor; e (5) as partes poderão adorar extensão do período de inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15/08/2022. Por sua vez, dado que o Banco do Brasil não firmou o Instrumento de Inação, o mesmo assinou correspondências concordando que não possuía, no respectivo momento, a intenção de praticar qualquer ato contrário ao Instrumento de Inação e buscaria aprovações internas para a celebração do Aditamento de Adesão ao Instrumento de Inação, além de empregar esforços para a celebração de referido adita-

Odebrecht Rodovias S.A.

mento. Em maio de 2020, a CRO obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade do Instrumento de Inação para 15/11/2020. Atualmente as partes estão em trâmite de formalização de extensão ao vencimento. Em novembro de 2020, foi realizado pagamento parcial no montante de R\$ 14.064, ao Banco do Brasil nas condições do Instrumento de Inação. Importante ressaltar que as Condições Precedentes do Contrato de Inação estão em discussão com os Credores e já tem sinulação positiva em nova negociação em curso. A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), no montante de R\$ 300.000, com vencimento original em parcela única do principal mais juros em 20/11/2018. Sobre o principal da dívida incidiu juros de 3,5% a.a., acima da TLP, sendo o saldo atualizado em 31/12/2020 de R\$ 310.002 (2019 – R\$ 383.346). Em 21/12/2018, foi celebrado um novo aditivo contratual, prorrogando o prazo de vencimento do Contrato de Empréstimo Ponte da CEF para 20/05/2019. Após diversas tentativas de acordo para renovação do empréstimo, em 23/09/2020, a CEF iniciou um processo de execução da dívida, resgatando o montante aplicado pela CRO no Fundo Atlântico, administrado pela CEF, além dos recursos disponíveis em sua conta corrente, totalizando R\$ 118.226. Com a retomada das negociações, o processo de execução foi temporariamente suspenso. Diante dessa situação, os Credores e a CEF iniciaram uma discussão sobre qual seria a melhor alternativa para equalização e rescalonamento de todas as dívidas da CRO, de forma a atender aos interesses da CEF e dos Credores, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional da concessão, o que deverá ser formalizado através de um Aditivo ao Instrumento de Inação, no âmbito da dívida dos Credores, e um Termo de Terceirização, no âmbito da dívida da CEF, conforme negociações em curso desde setembro de 2020. Paralelamente, nos termos do Instrumento de Inação, o Banco do Brasil deveria receber da CRO, na data de celebração do aditamento ao Instrumento de Inação ("Aditamento de Adesão") os valores correspondentes conforme os pagamentos já realizados aos Credores. Com o objetivo de igualar o Banco do Brasil aos demais Credores com relação aos pagamentos feitos sob o Instrumento de Inação, os quais continuam a ser realizados pela CRO, e até que se conclua as negociações com os Credores e a CEF para equalização e rescalonamento de todas as dívidas, viabilizando a celebração pelo Banco do Brasil e demais Credores do Aditamento de Adesão, a CRO, as acionistas e os Credores concordaram com o pagamento dos Valores Adesão Banco do Brasil, atualizados até a data de 16/11/2020, incluindo o pagamento referente ao mês de novembro, antes da formalização do Aditamento de Adesão e com a inclusão do Banco do Brasil nos pagamentos parciais. No exercício de 2020, foram pagos pela CRO principal e juros nos montantes respectivos de R\$ 157.768 e R\$ 45.743 (2019 – R\$ 36.363 e R\$ 62.013). Também foram pagos custos de transação no montante de R\$ 10.249 (2019 – R\$ 43.510). **(a) Custo de transação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. **(b) Garantias:** (i) Os contratos de financiamento da CRO com a CEF e o Instrumento de Inação com os Bancos Credores possuem como garantia fidejussória fiança corporativa da OTR alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela Companhia em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Conforme descrito na Nota 7, em 2020, o recurso disponível na conta reserva, previsto no contrato de cessão fiduciária, foi liberado para manutenção das despesas operacionais do projeto de curto prazo da CRO. (ii) O contrato de financiamento firmado pela CRO junto ao BNB prevê, como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios. (iii) A Companhia oferece fianças corporativas relacionadas aos seguintes instrumentos financeiros: (i) Fianças bancárias do empréstimo-ponte da CRO no valor de R\$ 666.096 (ING, Credit Agricole, Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Pine e ABC), (ii) Empréstimo-ponte da CRO junto ao BNDES, de forma subsidiária ao item (i), no valor de R\$ 95.963 (iii) Financiamento de longo-prazo da CRO junto ao BNDES no valor de R\$ 66.003 e (v) Financiamento de longo-prazo da CBN junto à Desenharia no valor de R\$ 13.055. Adicionalmente, existe o compromisso de *Equity Support Agreement* (ESA) em contratos de Financiamento da CBN junto ao BNB no valor de R\$ 166.794.

16. Arrendamento mercantil operacional

	2020	2019
Saldo inicial	19.078	-
Reconhecimento inicial	-	13.388
Adições	3.509	14.302
Amortização	(12.903)	(9.763)
Apropriação das despesas financeiras	930	1.151
	10.614	19.078
Passivo circulante	8.438	11.466
Passivo não circulante	2.176	7.612

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9% a.a. **17. Provisão para contingências** – A CRO é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo mantém provisionado o montante de R\$ 5.076 (2019 – R\$ 5.141). **Perdas possi-**

veis, não provisionadas no balanço: Em 31/12/2020, a Companhia, de forma consolidada através de suas Investidas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 7.563 (31/12/2019 – R\$ 11.321). **18. Provisão para conserva especial – Consolidado** – Em 31/12/2020, o Grupo apresentava saldo de R\$ 105.194 (2019 – R\$ 121.890) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura eletrônica pela CRO, a qual teve a seguinte movimentação:

	2020	2019
Saldo inicial	121.890	101.018
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(3.119)	1.967
Provisão de conserva especial	35.801	18.905
Reversão ajuste a valor presente	(5.044)	-
Reversão de provisão para conserva especial	(44.334)	-
Saldo final	105.194	121.890

Em 30/06/2020, a Companhia apresentou proposta juntamente com um Plano de Cura à ANTT, representado por um novo projeto de retomada e realização dos investimentos a partir de 2021, com novos montantes e cronograma de investimentos, relacionados a duplicação da rodovia e a manutenção dos reajustes tarifários. Esse novo plano está sob avaliação da ANTT e, naturalmente, resultou na postergação dos investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, em especial as obras de duplicação e melhorias. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação, de maneira que a eventual postergação da duplicação impacta diretamente na curva de conserva especial. Como parte da nova proposta, houve também a revisão da solução técnica de pavimento, que passa a ser pavimento rígido, frente à premissa anterior que previa adoção de pavimento flexível em todo o segmento duplicado. Essa solução aumentará a vida útil do pavimento, reduzindo assim a necessidade de intervenção e, consequentemente, dos gastos com manutenção. Além desse aspecto, a intervenção em pavimento também está atrelada ao estudo do tráfego de longo prazo, revisado e alterado em 2020 a partir de projeções atualizadas de macroeconomia e produção agro do estado. Adicionalmente, no exercício findo em 31/12/2020, não foram incorridos custos referentes à conserva especial. Por todos os aspectos anteriormente apresentados e em atendimento às boas práticas contábeis brasileiras para fins de determinação na melhor estimativa, a Administração da CRO revisou os critérios de apuração e alterou o valor da provisão para conserva especial em 30/06/2020, resultando numa redução de R\$ 49.378 no saldo da provisão, reconhecida no resultado. **19. Provisão para perdas no valor recuperável de investimentos** – Em 31/12/2020, o saldo de R\$ 353.026 (2019 – R\$ 305.071) se refere à provisão para perdas no valor recuperável de investimentos líquidos da controladora CRO, considerando principalmente os fluxos de caixa líquidos esperados em função do recebimento futuro de dividendos provenientes destes investimentos.

20. Receita líquida

	Consolidado	2020	2019
Receita de construção	103.684	90.625	
Receita de operação			
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	253.857	213.843	
Receitas em numerário	132.844	140.453	
Receitas de vale pedágio (ii)	68.661	86.817	
Outras receitas	4.922	6.352	
	460.284	447.465	
Tributos sobre serviços de operação	(38.345)	(37.418)	
Receita operacional líquida	421.939	410.047	
Receita líquida	525.623	500.672	

(i) Oribu da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas. (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. **21. Receita e custo de construção** – O Grupo registrou receita de construção, em atendimento ao ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão, oriunda da controladora CRO, tendo sido apurada com base no custo total incorrido na formação da infraestrutura.

22. Gastos por natureza

	Controladora	Consolidado	2020	2019
Depreciação, amortização e exaustão	(17)	(20)	(52.803)	(46.033)
Despesas com pessoal	(9.653)	(13.613)	(59.672)	(57.105)
Materiais e equipamentos	(6)	-	(3.557)	(4.388)
Provisão para conserva especial	-	-	15.881	(14.894)
Seguros	-	-	(19.584)	(15.848)
Serviços de terceiros	6.079	(4.327)	(52.372)	(52.898)
Outras despesas	(275)	(765)	(27.497)	(30.375)
	(3.872)	(18.725)	(199.604)	(221.541)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Companhia, possui autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER) pela Concessionária. Até a presente data, a administração da CRO decidiu pagar e parcelar o valor de determinados autos de infração, que tiveram julgamento desfavorável para a CRO, na esfera administrativa. Existem outros processos em andamento que estão sendo tratados administrativamente junto à ANTT e que podem ainda ser objeto de discussão, inclusive na esfera judicial, bem como as penalidades, se impostas, ou se forem confirmadas, podem também vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, também, discussões nas câmaras de arbitragem, segundo os assessores legais da CRO. Considerando as incertezas que envolvem o assunto, até o presente momento, não há como determinar se a CRO será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de infração e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31/12/2020 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto. **Procedimento arbitral – Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN")** Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em agosto de 2017, a CBN, investida da Companhia e controlada em conjunto, foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e pela OAS S.A. – em recuperação judicial ("OAS"), às quais compuseram o Consórcio Construtor BA 093, responsável pelas obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 01/10/2020, o Tribunal Arbitral emitiu a Ordem Processual nº 14, na qual deferiu a substituição do assistente técnico e testemunhas da CBN. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, o que deverá ser possibilitado apenas na fase decisória do procedimento arbitral. Em 31/12/2020, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Procedimento arbitral – Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")** Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CRA, investida da Companhia e controlada em conjunto, fora da esfera judicial, em 08/08/2017, foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") de notificação inicial de procedimento arbitral, instaurado pela CNO e OAS. As requerentes compuseram o Consórcio Construtor Expressway, responsável por parte das obras

de adequação e construção da rodovia concessionada e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 11/09/2017, a CRA apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que irá apresentar pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor. Desde então, outras medidas foram ajuizadas referente à citada discussão. Os assessores legais da CRA avaliaram a probabilidade de êxito como possível, porém em razão do estágio atual do processo de arbitragem, não têm condições de estimar o valor de eventuais indenizações dos pedidos das requerentes. Em 31/12/2020, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Custos de construção	-	-	(103.684)	(90.625)
Custo dos produtos vendidos/serviços prestados	-	-	(258.816)	(266.822)
Gerais, administrativas e vendas	(3.872)	(18.725)	(44.472)	(45.344)
Classificadas por função	(3.872)	(18.725)	(303.288)	(312.166)
23. Resultado financeiro, líquido				
Controladora	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receitas com juros	12.576	26.533	3.437	4.212
Variações cambiais e monetárias	41	12	41	12
Outras	-	6.207	114	6.800
	12.617	32.752	3.592	11.024
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	-	-	815	(5.978)
Amortização de custos de transação de captação	-	(5.723)	(24.153)	(43.682)
Comissões e despesas bancárias	(22)	(13)	(22)	(13)
Despesas com juros (*)	-	(118.043)	(126.323)	(247.388)
Outras	(655)	(1.568)	(14.544)	(20.445)
	(677)	(125.347)	(164.227)	(317.506)
Resultado financeiro, líquido	11.940	(92.595)	(160.635)	(306.482)

(*) Em 2019, o resultado financeiro foi impactado pelas despesas financeiras decorrentes das debêntures emitidas pela Companhia, código OFR111, e pelas debêntures da Companhia junto ao SCP 1355 Fundo de Investimentos em Participações, cujos direitos e obrigações foram cedidos para a CRB, em 28/05/2019. **24. Prejuízo por ação – Básico e diluído:** O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios.

	2020	2019
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(5.670)	(112.028)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	983.679	983.679
Prejuízo por ação (em Reais)	(0,01)	(0,11)

A Companhia possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação básicos no futuro, mas não foram incluídos no cálculo do resultado por ação diluído porque são anti-diluidores para o período apresentado. **25. Demonstrações do fluxo de caixa** – A seguir estão demonstradas movimentações das atividades de investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações do fluxo de caixa nos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2020	2019
Fornecedores	12.903	(610)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	12.903	(610)
Mútuo	-	24.243
Financiamento BNDES (Pagamento principal)	-	(24.243)
Reconhecimento inicial IFRS	-	13.388
Arrendamento Operacional	(12.903)	13.151
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(12.903)	26.539
Adições ao ativo intangível	-	1.761
Reconhecimento inicial IFRS	-	(13.388)
Arrendamento Operacional	-	(14.302)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(25.929)

26. Eventos subsequentes – Em 05/01/2021 o Tribunal Arbitral que está avaliando o Procedimento

Publicidade Legal

Enforce SPE I S.A. - CNPJ/MF nº 28.628.505/0001-14										
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Unidade de Real)										
Balanco Patrimonial		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Capital Social		Reservas		Lucros/Prejuízos Acumulados	
	2020	2019		2020	2019		2020	2019		2020
Ativo			Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.581.409,00	1.581.409,00	Capital Social	3.163,17	3.163,17	Reserva de Lucros	10.800.563,72
Ativo circulante	26.782.603,97	22.675.992,59	Integralização de Capital	-	-	a Integralizar	(300,03)	9.126.176,00	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.781.505,88	22.627.262,64	Reservas de Capital	-	-		-	-	-	300,00
Adiantamentos	-	47.614,01	Resultado do Exercício	-	-		1.100.000,00	-	-	1.100.000,00
Créditos Tributários	21.098,09	1.115,94	Transferência para Reservas	-	-		-	3.529.579,64	-	3.529.579,64
Ativo não circulante	11.261.751,19	19.075.726,06	Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.581.409,00	(0,03)	10.228.176,00	-	-	3.620.858,39	15.430.443,36
Despesas Antecipadas	-	29.309,48	Distribuição de lucros	-	-		-	(3.620.858,39)	-	(3.620.858,39)
Direito Aquisitivo - Imóveis	1.161.683,25	1.106.431,57	Transferência para Dividendos Obrigatórios	-	-		-	(39.255,39)	-	(39.255,36)
Valores a Receber - Bradesco	10.100.067,94	17.939.985,01	Transferência para Reservas	-	-		-	(127.554,92)	-	(127.554,92)
Total do ativo	38.044.355,16	41.751.718,65	Resultado do Exercício	1.581.409,00	-	-	-	166.810,31	-	166.810,31
Passivo			Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.581.409,00	-	-	-	-	127.554,92	11.937.139,92
Passivo Circulante	97.235,77	335.081,06	Demonstração do Resultado							
Fornecedores	3.651,01	34.904,58	Receita Líquida	3.163,17	5.344.396,70	Redução(Aumento) em Ativos				7.841.606,73
Impostos a Recolher	41.708,38	253.412,84	Custo das Operações - Direito Aquisitivo	(289.639,07)	(2.104.517,05)	Adiantamentos	-	-	-	(47.422,76)
Contas a Pagar	51.876,38	46.763,64	Resultado Operacional Bruto	(286.475,90)	3.239.879,65	Outros Ativos	7.841.606,73	8.728.645,15	-	7.841.606,73
Passivo Não Circulante	26.009.979,47	25.986.194,23	Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6.254,12)	(11.862,57)	Aumento(Redução) em Passivos				(253.315,41)
Passivos de Contrato	25.926.745,65	25.920.000,00	Despesas Administrativas	(40.597,84)	(40.199,98)	Fornecedores	-	-	-	(31.253,57)
Impostos Diferidos - LP	83.233,82	66.194,23	Despesas Gerais	(17.621,93)	(5.236,75)	Obrigações Sociais e Tributárias	66.146,79	535.469,84	-	66.146,79
Patrimônio Líquido	11.937.139,92	15.430.443,36	Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(333.327,86)	3.187.617,10	IRPJ e Contribuição Social Pagos	(277.851,25)	(293.546,50)	-	(277.851,25)
Capital Social	1.581.409,00	1.581.409,00	Despesas Financeiras	746.734,51	775.324,73	Outros Passivos	(10.357,38)	25.944.936,29	-	(10.357,38)
Capital Social a Integralizar	-	(0,03)	Despesas Financeiras	(17.621,93)	(5.236,75)	Caixa Líquido (Usado)/Proveniente Atividades Operacionais				7.755.101,63
Reservas de Capital	14.228.176,00	14.228.176,00	Despesas Financeiras	(17.621,93)	(5.236,75)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				Lucros Creditados a Quotistas
(-) Reservas de Capital	(4.000.000,00)	(4.000.000,00)	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	395.784,72	3.957.905,08	Lucros Creditados a Quotistas	-	-	-	(3.620.858,39)
Reservas de Lucros	127.554,92	3.620.858,39	Contribuição Social	(66.972,48)	(132.525,01)	Reservas de Capital	-	-	-	1.100.000,00
Total do Passivo	38.044.355,16	41.751.718,65	Imposto de Renda	(162.001,93)	(295.800,43)	Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamento				(3.620.858,39)
			Resultado Líquido do Período	166.810,31	3.529.579,64	Aumento (redução) do caixa e equivalentes a caixa e equivalentes de caixa				1.100.300,00
Diretor			Demonstração do Fluxo de Caixa			Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Pedro Bruning do Val - Diretor			Fluxo de caixa das atividades operacionais	166.810,31	3.529.579,64	No Início do Período	-	-	-	22.627.262,64
José Roberto Melani			Resultado Líquido do Exercício	166.810,31	3.529.579,64	No Final do Período	-	-	-	26.761.505,88
Contador CRC nº 1SP 129.058/O-5										

Enforce SPE II S.A. - CNPJ/MF nº 30.612.977/0001-20										
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Unidade de Real)										
Balanco Patrimonial		Demonstração do Fluxo de Caixa			Capital Social		Reservas		Lucros/Prejuízos Acumulados	
	2020	2019		2020	2019		2020	2019		2020
Ativo			Fluxo de caixa das atividades operacionais	14.191.147,28	4.506.912,47	Capital Social	11.650.841,63	1.822.763,57	Reserva de Lucros	19.191.147,28
Ativo circulante	149.746.997,16	65.288.471,06	Resultado Líquido do Exercício	14.191.147,28	4.506.912,47		922.340,10	13.910,00		14.191.147,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	44.405.251,58	6.828.237,24	Redução(Aumento) em Ativos				10.171,79	3.634,28		14.191.147,28
Cientes a Receber	32.110.317,41	12.949.416,68	Clientes	(19.381.855,51)	(14.346.203,88)		9.587.277,55	1.476.321,14		14.191.147,28
Adiantamentos a Terceiros	103.512,49	311.707,16	Adiantamentos	208.194,67	(311.707,16)		2.195.964,19	959.499,80		14.191.147,28
Créditos Tributários	1.441,29	1.441,29	Estoques de unidades	(27.779.906,78)	(45.197.688,69)		2.195.964,19	959.499,80		14.191.147,28
Estoques de Unidades	72.977.575,47	45.197.688,69	Outros Ativos	(148.898,92)	(1.441,29)		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Despesas Antecipadas	148.898,92	-	Outros Passivos	65.682,87	2.435.820,94		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Ativo não circulante	1.617.741,98	1.396.787,20	Aumento(Redução) em Passivos				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Cientes a Receber	1.617.741,98	1.396.787,20	Obrigações Sociais e Tributárias	3.539.270,44	332.532,43		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Total do ativo	151.364.739,14	66.685.258,26	IRPJ e Contribuição Social Pagos	(1.500.652,01)	-		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
			Outros Passivos	3.012.731,40	2.782.263,37		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Demonstração do Resultado			Caixa Líquido (Usado)/Proveniente Atividades Operacionais				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Receita Líquida	74.051.532,30	21.153.213,08	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Custo das Unidades Vendidas e das Operações	(56.125.487,66)	(15.703.871,15)	Integralização de Capital Social	-	-		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Resultado Operacional Bruto	17.926.044,64	5.449.341,93	Lucros Creditados a Quotistas	(4.506.912,46)	-		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(108.220,55)	(41.745,00)	AFAC	-	-		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Despesas Administrativas	(42.572,43)	(17.429,19)	Reservas de Capital	71.982.514,66	50.832.424,17		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Despesas Gerais	(1.560.840,17)	(261.768,04)	Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Financiamento				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Despesas com Vendas	396,96	-	Aumento (redução) do caixa e equivalentes a caixa e equivalentes de caixa				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa:				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
			No Início do Período	-	-		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			No Final do Período	44.405.251,58	6.828.237,24		511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	-	-	Diretor				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Integralização de Capital	563.558,83	-	Pedro Bruning do Val - Diretor				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	José Roberto Melani				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Reservas de Capital	-	-	Contador - CRC nº 1SP 129.058/O-5				511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Resultado do Exercício	-	-					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Transferência para Reservas de Lucros	-	-					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	563.558,83	50.832.424,17					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Integralização de Capital	868.138,87	-					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Distribuição de Dividendos	-	-					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Reservas de Capital	-	-					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Transferência para Reservas de Lucros	-	-					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28
Resultado do Exercício	1.431.697,70	129.946.899,38					511.479,39	102.565,45		14.191.147,28

Melnick anuncia pagamento de dividendos e plano de remuneração com base em ações



A Melnick Desenvolvimento Imobiliário informou nesta segunda-feira, 26, o pagamento de dividendos no valor de R\$ 1,294 milhão. O valor corresponde a R\$ 0,00635 para cada ação ordinária, estipulado com base na posição acionária de 26 de abril. A partir da terça-feira, 27, as ações da companhia passam a ser negociadas ex-dividendos. A empresa também informou, em fato relevante, a adoção de um plano de remuneração com base em ações.

Os beneficiários ao plano serão escolhidos pelo conselho de administração, sendo elegíveis os administradores e empregados da companhia ou de sociedades sob o seu controle, bem como as pessoas naturais que prestem serviços à empresa.

“As opções outorgadas nos termos deste plano poderão conferir ações que não excedam 2% (dois por cento) da totalidade das ações emitidas pela companhia na data de aprovação do presente plano”, diz a Melnick.

IstoéDinheiro

Selic e inflação em alta devem encarecer linhas de crédito atreladas à poupança e ao IPCA



O aumento da taxa básica de juros (Selic) e da inflação tendem a encarecer as linhas de financiamento imobiliário atreladas à poupança e ao IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e a deixar as modalidades tradicionais (prefixadas) mais vantajosas.

Essas linhas —cujos juros contam com uma taxa fixa mais uma porcentagem baseada na variação desses índices— são novas, e cada vez mais têm sido usadas por alguns dos grandes bancos para impulsionar o crédito imobiliário em um cenário de juros historicamente baixos e demanda reprimida no setor.

Não são todos os bancos que oferecem as linhas pós-fixadas. Entre os grandes bancos, o financiamento imobiliário atrelado ao IPCA atualmente é oferecido somente pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, enquanto o crédito atrelado à

poupança é oferecido apenas pelo Itaú e pela Caixa Econômica.

Tais modalidades apareceram como diversificação nas ofertas de financiamento imobiliário das instituições financeiras e, pelo menos enquanto os juros básicos e a inflação estavam controlados em patamares baixos, eram atrativas para os consumidores.

Agora que essas taxas começam a subir, no entanto, a tendência é de uma correção para cima no custo para os tomadores —tanto para créditos novos, como para aqueles que pegaram um financiamento do tipo ao longo dos últimos anos.

“Os bancos já estavam ofertando bastante essas linhas indexadas e é preciso cuidado. Vimos o crédito imobiliário batendo recorde e muita gente pode ter escolhido essas linhas porque realmente estavam mais baratas. Mas agora o cenário já começa a mudar”.

Biznews

Isolamento social em SP atinge pior marca em um domingo desde fevereiro



O índice de isolamento social atingiu a pior marca em um domingo desde o último final de semana de fevereiro no estado de São Paulo, segundo dados do governo paulista.

A média foi de 49% neste domingo (25), um ponto percentual a menos do que os 50% registrados na semana passada (18) e atrasada (11).

A última vez em que o sistema do governo marcou um valor abaixo de 50% em um domingo foi em 28 de fevereiro, quando chegou a 48%.

O estado de São Paulo vive uma fase de transição do Plano SP desde o dia 18. Na última semana foi permitida a reabertura do comércio, incluindo shoppings. No sábado (24), voltaram a funcionar

as atividades ligadas ao setor de serviços como salões de beleza, clubes, academias, parques, bares e restaurantes. O fim de semana foi marcado por parques e bares cheios.

Neste final de semana, o trânsito na cidade também aumentou. A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) registrou 4 km de congestionamento no domingo —no mesmo dia da semana passada foi de 1 km e a duas semanas atrás, 2 km.

Nos ônibus da capital cerca de 100 mil passageiros a mais circularam na última sexta (23) comparando com a sexta anterior (16). Aproximadamente 1,74 milhão de pessoas andaram de ônibus na sexta passada; na atrasada, esse número foi de 1,64 milhão.

Cerca de 1,6 milhão de carros circulando nas ruas da cidade, foram 1,6 milhão neste domingo, e um milhão no domingo passado.

Por outro lado, a taxa de ocupação das UTIs caiu. O estado tinha 80,4% dos leitos ocupados neste domingo; já na semana passada, eram 83%. No domingo anterior esse número foi a 85,5%.

Na Grande São Paulo a lotação foi de 78,7% no domingo, e na semana passada, 80,8%. Há duas semanas a região metropolitana da capital registrou 84,3%.

O estado tem mais de 2,8 milhões de casos confirmados de Covid-19 e 92.798 óbitos em decorrência da doença. A letalidade no estado é de 3,3% e no país, 2,7%.

Victoria Damasceno/Folhapress

Brasil registra 1.279 mortes por Covid em 24 horas e ultrapassa 392 mil óbitos



O Brasil registrou 1.279 mortes pela Covid e 31.044 casos da doença, nesta segunda-feira (26). Com isso, o país chegou a 392.204 vidas perdidas e a 14.370.456 pessoas infectadas pelo Sars-CoV-2 desde o início da pandemia.

A Bahia não divulgou dados atualizados da pandemia, nesta segunda.

A média móvel de mortes chegou a 2.451 e, apesar de permanecer em níveis elevados, completou nove dias em queda.

Aos domingos, segundas e feriados os números registrados da Covid costumam ser menores por atrasos de notificação nas secretarias de saúde, que nesses dias trabalham em expediente

Anvisa tem até fim do mês para avaliar importação da Sputnik V

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), rejeitou recurso da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e manteve o prazo de 30 dias para o órgão analisar a solicitação de importação da vacina contra a Covid-19 Sputnik V.

A agência pediu para o ministro revogar a própria decisão que liberou o Maranhão a importar o imunizante caso o pedido para trazer a vacina russa para o Brasil não seja avaliado pela Anvisa.

O prazo acaba no fim deste mês. Assim, caso a agência não delibere sobre o tema nesta semana, os estados estarão autorizados a importar o imunizante.

O recurso foi apresentado na ação movida pelo Maranhão no STF. Os estados do Piauí, Ceará e Amapá, porém, tiveram decisões favoráveis de Lewandowski sobre o tema e também devem ser

alcançadas pela decisão desta segunda-feira (26).

Além das quatro unidades da federação, outros oito governadores e dois prefeitos fizeram o pedido de importação excepcional à Anvisa.

Assim, a ordem judicial de Lewandowski deve abrir caminho para outros estados também conseguirem autorização para importação da Sputnik V.

O prazo imposto pelo magistrado conta a partir da data em que o estado pediu para importar o imunizante. Maranhão, Amapá e Piauí fizeram o pedido em 29 de março, e a agência deve analisar a solicitação até 29 deste mês. Para o Ceará, a data limite da Anvisa é 30 de abril.

A agência reguladora, porém, afirma que há incertezas e “pontos críticos” relacionados à qualidade, eficácia e segurança da vacina russa, o que dificulta a liberação do imunizante.

Matheus Teixeira/Folhapress



de plantão, contando assim com menos profissionais.

Os dados do país, coletados até as 20h, são fruto de colaboração entre Folha de S. Paulo, UOL, O Estado de S. Paulo, Extra, O Globo e G1 para reunir e divulgar os números relativos à pandemia do novo coronavírus. As informações são coletadas diariamente com as secretarias de Saúde estaduais.

Nesta segunda, o Brasil, mais uma vez, teve registro de mais de 1 milhão de aplicações de vacinas registradas, mas, novamente, mais segundas do que primeiras doses. Foram 548.499 segundas doses e 522.849 primeiras.

Foram atualizadas as informações repassadas sobre a vacinação contra a Covid-19 pelos 24 estados e o Distrito

Federal.

Já foram aplicadas no total 42.682.322 doses de vacina (29.554.723 da primeira dose e 13.127.599 da segunda dose), de acordo com as informações disponibilizadas pelas secretarias de Saúde.

Com o total de doses aplicadas até o momento, 18,37% dos brasileiros maiores de 18 anos tomaram a primeira dose e só 8,16% a segunda.

A iniciativa do consórcio de veículos de imprensa ocorreu em resposta às atitudes do governo Jair Bolsonaro (sem partido), que ameaçou sonegar dados, atrasou boletins sobre a doença e tirou informações do ar, com a interrupção da divulgação dos totais de casos e mortes. Além disso, o governo divulgou dados conflitantes.

Folhapress

Negócios

Via Varejo, dona das Casas Bahia e Pontofrio, muda nome para Via



A Via Varejo, dona das Casas Bahia e do Pontofrio, anunciou que mudou o nome para Via. Segundo a empresa, a mudança corresponde a uma reformulação da estratégia, dado que, com as mudanças provocadas pela pandemia de Covid-19, a companhia hoje vai além do varejo.

“Os resultados da companhia, apresentados ao mercado em março, mostram que a Via não é mais uma empresa de varejo. Que já está indo além”, afirma o grupo em comunicado divulgado neste domingo (25). “No último ano, a empresa se reiventou, rompeu e unificou as barreiras físicas e digitais das lo-

jas, sites e apps”, completa. A companhia também alterou o nome do Pontofrio, que agora é apenas Ponto.

Além do nome, o grupo adotou novos logo e slogan —“Imagine Caminhos”.

Em entrevista em março, o presidente da Via, Roberto Fulcherberguer, afirmou que a empresa começou 2020 com 26% das vendas concentradas no online e terminou com 50%.

“Não vou dizer que não sentiremos nada, é impossível, mas estamos muito mais bem preparados do que estávamos no segundo trimestre de 2020. Para nós, é um caminho mais suave, nossos 20.000 vendedores continuarão vendendo”, afirmou sobre

as novas medidas de restrição da época causadas pelo agravamento da pandemia.

A transformação acompanha inovações em outras companhias de varejo brasileiras. No meio de abril, o Magazine Luiza anunciou a compra da empresa de conteúdo Jovem Nerd, a 17ª de uma série de aquisições em áreas diversificadas desde o início de 2020.

Esse movimento tem como ponto de chegada a criação de um superapp brasileiro. O termo faz referência a plataformas presentes no mercado chinês que reúnem em um só aplicativo serviços variados, como rede social, transações financeiras, compras, contratação de serviços e conteúdo.

Com dívida bilionária, viação Itapemirim está prestes a ter aérea de novo

A empresa de ônibus Itapemirim está a um passo de receber autorização para voar, em meio a um processo de recuperação judicial e com uma dívida de mais de R\$ 2 bilhões. A empresa deve retomar operações com aviões cerca de 20 anos após deixar o mercado. Nos anos 1990, operava principalmente transporte de carga.

Quatro das cinco fases para se obter o Certificado de Operador Aéreo já foram concluídas. Falta apenas a certificação, etapa meramente administrativa, que deve ocorrer em uma das próximas reuniões da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), agendadas para 4 e 18 de maio. Só depois disso a companhia poderá marcar uma data para começar.

Neste mês, a Itapemirim fez 14 voos de avaliação operacional exigidos pela agência, com passagens pelos aeroportos de Guarulhos (SP), Confins (MG), Salvador, Galeão (RJ) e Porto Alegre. A aeronave escolhida para começar a voar foi um Airbus A320, com capacidade máxima para 180 lugares, com a matrícula PS-SPJ, as iniciais do dono do grupo, o empresário Sidnei Piva de Jesus.

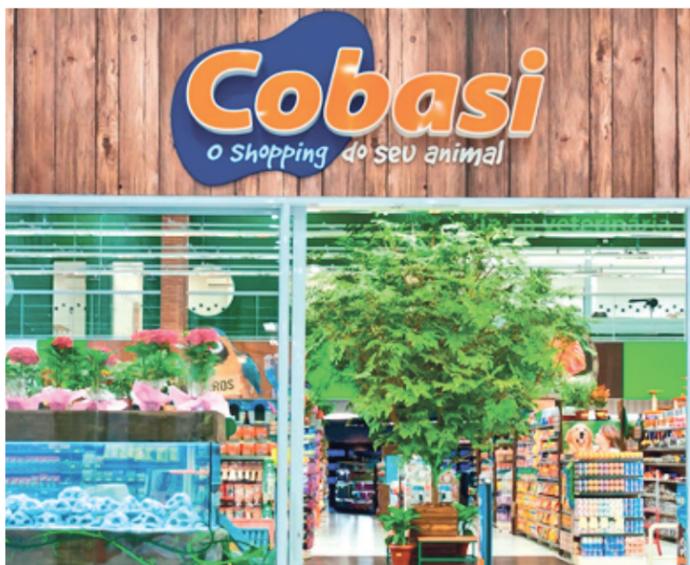
As rotas ainda são um mistério. Recentemente, a empresa reservou “slots”, que são autorizações para pousos e decolagens, em Congonhas, e disse que pretende ligar capitais. No ano passado, porém, anunciou que operaria voos regionais.

Hoje a empresa tem 400 funcionários e diz que já encomendou outros nove Airbus A320.

Uol/Biznews



Kinea investe R\$ 300 milhões na Cobasi



A Kinea Investimentos está aportando R\$ 300 milhões na Cobasi em troca de uma participação minoritária não revelada, posicionando a segunda maior varejista pet do Brasil para um plano agressivo de expansão, que envolve M&As e um IPO no futuro próximo.

A Cobasi faturou R\$ 1,5 bilhão ano passado e espera faturar R\$ 2 bi este ano. O ‘valuation’ da rodada não foi revelado mas, para efeito de comparação, a Petz — que fatura praticamente o mesmo — vale R\$ 8,7 bilhões na B3, ou 4 vezes a receita estimada para este ano.

A Cobasi tem 120 lojas, a maioria no Estado de São Paulo, e outras 11 em cons-

trução. A meta é abrir entre 30-40 lojas este ano e manter o ritmo em 2022.

Apesar das comparações inevitáveis com a Petz, a proposta de varejo da Cobasi é um bicho diferente, com lojas divididas tematicamente e um sortimento que extrapola gatos e cachorros para incluir produtos de decoração, jardinagem e piscina.

O faturamento das lojas físicas da Cobasi tem aumentado 23% ao ano nos últimos 5 anos, e seu e-commerce cresce acima de três dígitos, com a totalidade das lojas oferecendo o ‘ship from store’ e o ‘clique e retire’. No primeiro trimestre deste ano, as vendas online cresceram 160%, e já representam 23% do total.

Controlada pela família Nassar e dirigida por três irmãos, até agora a Cobasi cresceu com recursos próprios, sem nunca tomar dívida.

Em meados do ano passado, a família se convenceu da necessidade de um sócio para acelerar o crescimento e preparar a companhia para o IPO. Apenas quatro fundos foram convidados a participar de um processo organizado, e a Kinea foi a vencedora.

O chefe de private equity da Kinea, Cristiano Lauretti, ocupará um dos cinco assentos do conselho.

“A digitalização já faz parte do nosso setor, mas a visita à loja ainda é muito forte,” João Nassar, o diretor de novos negócios da Cobasi, disse.

Brazil Journal